

Proposta da Administração

Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

20 de abril de 2021

ÍNDICE

Orientações para participação nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária	3
Proposta da Administração	4
Alteração no Estatuto Social (artigo 11 – Instrução CVM nº 481)	5
Cópia do Estatuto Social	11
Destinação do Lucro Líquido (anexo 9 -1 - II Instrução CVM nº 481)	25
Assembleia e Administração (Itens 12.5/6 a 12.10 -Instrução CVM nº 480)	30
Proposta de Remuneração dos Administradores	35
Remuneração dos Administradores (Item 13 - Instrução CVM nº 480)	36
Comentários dos Diretores (Item 10 - Instrução CVM nº 480)	52

**ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NAS ASSEMBLEIAS GERAIS
ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
20 DE ABRIL DE 2021**

1. O Acionista que desejar participar das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária deverá se apresentar antes do horário indicado no Edital de Convocação, portando os seguintes documentos:
 - 1.1. Documento de identidade ou carteira de classe profissional, oficialmente reconhecida e;
 - 1.2. Comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária.
2. O Acionista poderá constituir procurador com poderes especiais para representá-lo, nos termos da Lei nº 6.404/76, parágrafo 1º do Art. 126. Com a finalidade de organizar os trabalhos na Assembleia, solicitamos que as cópias das procurações sejam enviadas para o seguinte endereço eletrônico: ferbasa@ferbasa.com.br, até o dia 16/04/2021.
3. Os documentos serão recebidos até o horário indicado no Edital de Convocação.
 - 3.1. Instrumento de mandato (procuração) com poderes especiais para representação na Assembleia Geral da Companhia e;
 - 3.2. Comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição depositária e/ou custodiante.
4. Nos termos das Instruções CVM n.º. 165/91 e 481/2009, o percentual mínimo para adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento) do capital votante. Os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição dos acionistas, para consulta, na sede, no portal www.ferbasa.com.br, nos sites: www.cvm.gov.br e www.bmfbovespa.com.br.
5. O Acionista poderá se valer, também, do Boletim de Voto a Distância, nos termos da Instrução CVM 594/17 que alterou dispositivos nas Instruções CVM nº 480/09 e nº 481/09. Para tanto será necessário que o Acionista siga as orientações de preenchimento do boletim de votação que se encontra anexo à Proposta de Administração, bem como atenda aos prazos de envio com as informações de voto fixadas nesse boletim, conforme regulamentação em vigor.

CIA. DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA
SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA
CNPJ 15.141.799/0001-03
NIRE 293.000.043.91

PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 20 de abril de 2021

Prezados Senhores,

O Conselho de Administração da Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA, nos termos do que dispõe a legislação pertinente e de acordo com seu Estatuto Social, vem propor a V.Sas., a apreciação das seguintes deliberações:

I ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

1. Aprovação do Relatório da Administração, às **Demonstrações Financeiras** da Companhia e demais documentos, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020, acompanhado do parecer dos auditores independentes.
2. Aprovação da destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, no valor de **R\$ 69.771.530,04** da seguinte forma:
 - a) **R\$ 3.488.576,50** para constituição da Reserva Legal;
 - b) **R\$ 6.932.582,04** para constituição da Reserva de Lucros - Incentivos Fiscais;
 - c) **R\$ 59.350.371,50** para destinação aos acionistas, sendo **(i)** antecipação, conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração de 28 de agosto de 2020, pago a partir de 22 de setembro de 2020, sob a forma de juros sobre capital próprio, no montante de **R\$ 13.690.000,00** correspondentes a R\$ 0,15099314112 por ação ordinária e R\$ 0,16609245523 por ação preferencial; **(ii)** antecipação, conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração de 26 de novembro de 2020, pago em duas parcelas, a primeira parcela a partir de 22 de dezembro de 2020, sob a forma de juros sobre capital próprio, no montante de **R\$ 30.000.000,00** correspondentes a R\$ 0,33088343561 por ação ordinária e R\$ 0,36397177917 por ação preferencial e a segunda parcela a partir de 26 de janeiro de 2021, sob a forma de juros sobre capital próprio, no momento de **R\$ 14.310.000,00**, correspondentes a R\$ 0,15783139879 por ação ordinária e R\$ 0,17361453867 por ação preferencial; **(iii)** antecipação, conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração de 22 de dezembro de 2020, pago a partir de 19 de Fevereiro de 2021 sob a forma de juros sobre capital próprio, no montante de **R\$ 1.350.371,50** correspondentes a R\$ 0,01489385204 por ação ordinária e R\$ 0,01638323725 por ação. Estes valores serão imputados como antecipação ao valor dos dividendos do exercício de 2020, **“ad referendum”** da Assembleia Geral Ordinária de 2021.
3. Aprovação da distribuição de Juros sobre Capital Próprio, no valor global de **R\$ 17.165.628,50**, efetuada com recursos provenientes do saldo parcial da reserva de lucro de exercícios anteriores (ações ordinárias: R\$ 0,189327240442 por ação; ações preferenciais: R\$ 0,20826014486 por

ação), conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 22 de dezembro de 2020, com pagamento realizado em 19 de fevereiro de 2021.

4. Aprovação de R\$ **2.049.542,53** para incorporação à Reserva de Investimento proveniente de juros sobre capital próprio/dividendos prescritos (Lei 6.404/76, art. 287, inciso II, letra “a”);
5. Eleição dos membros do Conselho de Administração para o mandato compreendido entre 20/04/2021 e a AGO de 2022;
6. Eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes para o mandato compreendido entre 20/04/2021 e a AGO de 2022;
7. Aprovação da proposta de remuneração anual global fixa dos administradores, no valor de até R\$ 14.231.000,00, incluindo benefícios; e proposta de remuneração global variável, no montante de até R\$ 11.940.000,00;

II ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

1. Aprovação das seguintes alterações: caput do artigo 2º; §1º do artigo 9º; inclusão do §4º no artigo 9º; §6º do artigo 9º; caput do artigo 10º; inclusão dos §§ 1º e 2º no artigo 10º; inclusão da alínea “e” no artigo 10º; exclusão do §2º do artigo 10º; modificação do §4º do artigo 10º; inclusão do §§ 6º e 7º do artigo 10º; modificação na alínea “q” e seguintes do artigo 11º; §5º do artigo 25º; e o caput do artigo 27º do Estatuto Social da Ferbasa, na forma abaixo.
2. Aprovação da proposta de reforma do Estatuto Social e sua consolidação:

CLÁUSULA ATUAL		ALTERAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
CAPÍTULO I	Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Estrada de Santiago, s/nº, Cidade de Pojuca, Estado da Bahia, podendo estabelecer agências, filiais, escritórios e dependências em qualquer localidade do País, a critério do Conselho de Administração.	Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Estrada de Santiago, s/nº, Cidade de Pojuca, Estado da Bahia, podendo estabelecer agências, filiais, escritórios e dependências em qualquer localidade do País e no Exterior, a critério do Conselho de Administração.	Adequação do Estatuto
CAPÍTULO III Art. 9º	§ 1º - A remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva será fixada pela Assembleia Geral, e individualizada	§ 1º - A remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva será fixada pela Assembleia Geral e caberá ao Conselho de Administração efetuar a distribuição individual da verba.	Aprimoramento da redação

CLÁUSULA ATUAL		ALTERAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
	pelo Conselho de Administração.		
CAPÍTULO III Artigo 9º	N/A	§ 4º - Os administradores, no exercício de suas funções, deverão observar os interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia, incluindo as expectativas dos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros e demais partes interessadas das comunidades onde a Companhia atua, bem como os impactos socioambientais.	Novo dispositivo
CAPÍTULO III Artigo 9º	§ 5º - Os cargos de presidente do Conselho de Administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.	§ 6º - Os cargos de presidente do Conselho de Administração, de copresidente do Conselho de Administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.	Adequação do Estatuto aos novos cargos propostos
CAPÍTULO III	Artigo 10 - O Conselho de Administração terá no mínimo cinco e, no máximo, oito membros, residentes e domiciliados no País, com mandato unificado de 01 (um) ano, permitida a reeleição, eleitos pela Assembleia Geral, que, no ato da eleição, escolherá um presidente e um vice-presidente.	Artigo 10º - O Conselho de Administração terá no mínimo cinco e, no máximo, oito membros, residentes e domiciliados no País, com mandato unificado de 01 (um) ano, permitida a reeleição, eleitos pela Assembleia Geral. § 1º - O Conselho de Administração contará com um presidente do Conselho de Administração, bem como com até 4 (quatro) copresidentes, os quais serão eleitos pela Assembleia Geral. § 2º - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da Administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.	No intuito de aprimorar a governança, foi instituído o cargo de copresidente para compor o Conselho de Administração, de modo a tornar as decisões do Colegiado mais ágeis, aumentando o entendimento entre os diversos órgãos executivos da Cia.

CLÁUSULA ATUAL		ALTERAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
CAPÍTULO III Artigo 10	§ 1º - (...)	§ 3º - (...) e) Desenvolver relações institucionais junto aos acionistas, entidades e autoridades com o objetivo de promover e resguardar os interesses da Companhia.	Inclusão do §3º, alínea “e”
CAPÍTULO III Artigo 10	§ 2º - Ao Vice-Presidente do Conselho de Administração cabe substituir o Presidente em seus impedimentos ou ausências. Essa substituição será efetivada mediante lavratura de ata, na forma do disposto no parágrafo sexto;	NA	Excluído o dispositivo
CAPÍTULO III Artigo 10	N/A	§ 4º - Compete aos Copresidentes do Conselho de Administração, além de suas atribuições legais: a) Na ausência ou impedimento do presidente do Conselho de Administração, um dos copresidentes deve convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração. b) Atuar para o fomento da visão da Companhia de acordo com seus valores e sua cultura organizacional; c) Supervisionar a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral e execução da estratégia de curto, médio e longo prazo da Companhia, conforme objetivos e interesses estabelecidos pelos acionistas e pelo Conselho de Administração; d) Colaborar com o Conselho de Administração da Companhia na fiscalização de suas operações; e) Propor matérias a serem discutidas, tanto ao presidente do Conselho de Administração como aos Comitês que possam ser criados para assessorar o Conselho; f) Estabelecer e supervisionar o	No intuito de aprimorar a governança, foi instituído o cargo de copresidente para compor o Conselho de Administração, de modo a tornar as decisões do Colegiado mais ágeis, aumentando o entendimento entre os diversos órgãos executivos da Cia.

CLÁUSULA ATUAL		ALTERAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
		<p>processo de avaliação dos órgãos colegiados da Companhia.</p> <p>g) Revisar e propor as remunerações do Conselho de Administração e da Diretoria;</p> <p>h) Coordenar a atualização do plano de sucessão dos executivos da Companhia;</p> <p>i) Quando aplicável, atuar por meio da participação nos comitês ou grupos de trabalho que possam ser criados e cujas atividades englobem as finalidades acima.</p>	
CAPÍTULO III Artigo 10	§ 4º - O Conselho de Administração reunir-se-á preferencialmente na sede da Companhia ou em outro local, desde que previamente designado, ordinariamente uma vez por mês, em dia, hora e local que for convocado, e extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente, ou pelo Vice-Presidente nos seus impedimentos.	§ 6º - O Conselho de Administração reunir-se-á preferencialmente na sede da Companhia ou em outro local, desde que previamente designado, ordinariamente uma vez por mês, em dia, hora e local que for convocado, e extraordinariamente, quando convocado pelo presidente ou por um dos copresidentes no seu impedimento.	Adequação do estatuto aos novos dispositivos
CAPÍTULO III Artigo 10	N/A	§ 7º - As reuniões dos órgãos da Administração poderão ser realizadas, excepcionalmente, por conferência telefônica, videoconferência, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação dos membros e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião.	Novos dispositivo. Adequação do Estatuto às novas necessidades de comunicação.
CAPÍTULO III Artigo 11	q) Eleger um Secretário do Conselho, que poderá ser um dos membros do Conselho de Administração, sendo facultado, ainda, a nomeação de um funcionário de carreira da	<p>q) Eleger um secretário de governança corporativa, que poderá ser um dos membros do Conselho de Administração, sendo facultado, ainda, a nomeação de um funcionário de carreira da Companhia.</p> <p>I - Compete ao secretário de governança corporativa:</p> <p>a) Organizar e coordenar as pautas de</p>	Novos dispositivos. Adequação do Estatuto às necessidades de aprimoramento da Governança.

CLÁUSULA ATUAL		ALTERAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
	<p>Companhia.</p> <p>I - Compete ao Secretário do Conselho de Administração:</p> <p>a) O registro de todos os atos e atividades do Conselho de Administração;</p> <p>b) Secretariar as reuniões do Conselho e fazer lavrar as atas respectivas;</p> <p>c) Superintender a correspondência do Conselho de Administração;</p> <p>d) Criar e administrar os arquivos do órgão;</p> <p>e) Ter a guarda de documentos de interesse do Conselho;</p> <p>f) O acompanhamento da execução de todas as deliberações do Conselho de Administração.</p>	<p>reuniões do Conselho de Administração da Companhia, dos Comitês e os calendários de reuniões e Assembleias Gerais da Companhia.</p> <p>b) Secretariar as reuniões do Conselho e lavrar as atas respectivas, providenciando o registro perante a Junta Comercial;</p> <p>c) Registrar todos os atos e atividades do Conselho de Administração e dos Comitês;</p> <p>d) Acompanhar a execução de todas as deliberações do Conselho de Administração e dos respectivos Comitês;</p> <p>e) Superintender a correspondência do Conselho de Administração e dos Comitês;</p> <p>f) Administrar os arquivos do Conselho de Administração e dos respectivos Comitês;</p> <p>g) Assessorar o Conselho de Administração e os Comitês, no tocante as questões de ordem societária;</p> <p>h) Atualizar e acompanhar as informações necessárias perante o Código Brasileiro de Governança Corporativa;</p> <p>i) Coordenar, acompanhar e atualizar as informações prestadas aos órgãos de controle.</p>	
CAPÍTULO VI Artigo 25º	<p>§ 5º- A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, promover o pagamento de juros sobre o capital próprio, obedecidas as normas legais pertinentes, de forma que a destinação de resultados a acionistas possa ser feita a título de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio. O</p>	<p>§ 5º- A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral, promover o pagamento de juros sobre o capital próprio, obedecidas as normas legais pertinentes, de forma que a destinação de resultados a acionistas possa ser feita a título de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio. O prazo para a realização do pagamento de juros sobre capital próprio, quando da sua deliberação, deverá obedecer o prazo</p>	<p>Adequação do Estatuto à possibilidade de pagamento antecipado de JCP</p>

CLÁUSULA ATUAL		ALTERAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVAS
	prazo para a realização do pagamento de juros sobre capital próprio, quando da sua deliberação, deverá obedecer o prazo estipulado no artigo 27 do presente Estatuto.	estipulado no artigo 27 do presente Estatuto.	
CAPÍTULO VI	Artigo 27 - Os dividendos serão pagos dentro de 60 (sessenta dias) a contar da realização da Assembleia que decidiu sobre a sua distribuição, salvo deliberação em contrário da mesma Assembleia. Os dividendos não reclamados dentro de 3 (três) anos, a contar do anúncio de seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia.	Artigo 27º - Os dividendos serão pagos dentro de 60 (sessenta dias) a contar da realização da Assembleia que decidiu sobre a sua distribuição, salvo deliberação em contrário da mesma Assembleia e ressalvada a hipótese de pagamento antecipado, na forma prevista no artigo 25º do presente Estatuto. Os dividendos não reclamados dentro de 3 (três) anos, a contar do anúncio de seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia.	Adequação do Estatuto à possibilidade de pagamento antecipado de JCP

Salvador, 19 de março de 2021

Sérgio Curvelo Dória

José Ronaldo Sobrinho

Bárbara Klein de Araújo Carvalho

Geraldo de Oliveira Lopes

Marta Teixeira Barroso Fernandes

Marcos Sampaio de Souza

Paulo Roberto Magalhães Bastos

Guilherme de Alencar Amado

CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA
SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA
CNPJ 15.141.799/0001-03
NIRE 29 3 000043-91

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - Denominação. Sede. Foro. Objeto e Duração.

Artigo 1º - A Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA é uma sociedade anônima, regida por este Estatuto e pela legislação em vigor.

Parágrafo Único - A Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, sujeitam-se às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

~~**Artigo 2º** - A Companhia tem sede e foro na Estrada de Santiago, s/nº, Cidade de Pojuca, Estado da Bahia, podendo estabelecer agências, filiais, escritórios e dependências em qualquer localidade do País, a critério do Conselho de Administração.~~

Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Estrada de Santiago, s/nº, Cidade de Pojuca, Estado da Bahia, podendo estabelecer agências, filiais, escritórios e dependências em qualquer localidade do País e no Exterior, a critério do Conselho de Administração.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto a fabricação e comercialização dos diversos tipos de ferroligas; a pesquisa e exploração de jazidas e beneficiamento de minérios para consumo próprio, e comercialização; fabricação e comercialização de cal virgem e cal hidratada; a elaboração, execução e administração de projetos florestais e manejo sustentável, incluindo-se planos de proteção e recuperação ambiental, visando a produção de florestas renováveis de eucalipto para consumo próprio ou comercialização; a transformação da madeira em biorredutor; o aproveitamento econômico de resíduos sólidos gerados nos seus processos produtivos; produção e comercialização de brita; estabelecimento e exploração de qualquer indústria que, direta ou indiretamente se relacione com seu objeto, inclusive mediante participações em outras sociedades.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II - Do Capital Social

Artigo 5º - O capital Social é de R\$ 1.225.443.617,65 (um bilhão, duzentos e vinte e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, seiscentos e dezessete reais e sessenta e cinco centavos), dividido em 88.320.000 (oitenta e oito milhões e trezentos e vinte mil) ações, sem

valor nominal, sendo 29.440.000 (vinte e nove milhões e quatrocentos e quarenta mil) ações ordinárias e 58.880.000 (cinquenta e oito milhões e oitocentos e oitenta mil) ações preferenciais.

Parágrafo Único - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 6º - As ações ordinárias e preferenciais serão nominativas e escriturais, mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.

§ 1º - As ações preferenciais não terão direito a voto e sua preferência consistirá:

a) na percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

b) na prioridade no reembolso de capital.

§ 2º - A Companhia manterá a prestação de serviços de ações escriturais em instituição financeira depositária autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter estes serviços.

§ 3º - A Companhia poderá autorizar a instituição depositária a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 4º - A Companhia pode, por deliberação da Assembleia Geral, promover o aumento das diversas espécies e classes existentes, sem guardar proporção com as demais ou criar uma nova classe de ações preferenciais, observando o limite de 2/3 do total das ações emitidas para as ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrições quanto a tal direito.

Artigo 7º - O Capital Social só poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral, observadas as seguintes condições:

a) As integralizações serão feitas em moeda corrente nacional ou com o aproveitamento de créditos em conta corrente, nas condições fixadas pela Assembleia Geral;

b) A subscrição ou colocação poderá ser particular ou mediante oferta pública;

c) A Companhia deverá requerer ao Registro do Comércio, dentro dos 30 dias subsequentes à efetivação do aumento, a sua averbação.

Artigo 8º - A Companhia deverá colocar à disposição dos acionistas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da averbação do aumento do Capital, os certificados representativos de ações provenientes do mesmo.

CAPÍTULO III - Da Administração

Artigo 9º - A Administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração com função deliberativa, e por uma Diretoria com função executiva.

~~§ 1º - A remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva será fixada pela Assembleia Geral, e individualizada pelo Conselho de Administração.~~

§ 1º - A remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva será fixada pela Assembleia Geral e caberá ao Conselho de Administração efetuar a distribuição individual da verba.

§ 2º - A investidura dos Conselheiros e Diretores dar-se-á mediante a assinatura de termos lavrados nos livros próprios, ocasião em que deverão ser prestadas as declarações exigidas por lei.

§ 3º - Não serão exigidas garantias para o exercício dos cargos de Conselheiros ou de Diretor da Companhia.

§ 4º - Os administradores, no exercício de suas funções, deverão observar os interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia, incluindo as expectativas dos acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros e demais partes interessadas das comunidades onde a Companhia atua, bem como os impactos socioambientais.

§ 5º - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, de acordo com o disposto no Regulamento do Nível 1, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

~~§ 5º - Os cargos de presidente do Conselho de Administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.~~

§ 6º - Os cargos de presidente do Conselho de Administração, de copresidente do Conselho de Administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

~~**Artigo 10** - O Conselho de Administração terá no mínimo cinco e, no máximo, oito membros, residentes e domiciliados no País, com mandato unificado de 01 (um) ano, permitida a reeleição, eleitos pela Assembleia Geral, que, no ato da eleição, escolherá um presidente e um vice-presidente.~~

Artigo 10º - O Conselho de Administração terá no mínimo cinco e, no máximo, oito membros, residentes e domiciliados no País, com mandato unificado de 01 (um) ano, permitida a reeleição, eleitos pela Assembleia Geral.

§ 1º - O Conselho de Administração contará com um presidente do Conselho de Administração, bem como com até 4 (quatro) copresidentes, os quais serão eleitos pela Assembleia Geral.

§ 2º - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da Administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

§ 3º - Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- a) Convocar as reuniões da Assembleia Geral;
- b) Convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho de Administração;
- c) Solicitar a presença da Diretoria ou de Diretores nas reuniões do Conselho de Administração;
- d) Superintender o relacionamento com os outros órgãos de administração ou órgãos técnicos da Companhia;
- e) Desenvolver relações institucionais junto aos acionistas, entidades e autoridades com o objetivo de promover e resguardar os interesses da Companhia.

~~§ 2º - Ao Vice-Presidente do Conselho de Administração cabe substituir o Presidente em seus impedimentos ou ausências. Essa substituição será efetivada mediante lavratura de ata, na forma do disposto no parágrafo sexto;~~

§ 4º - Compete aos Copresidentes do Conselho de Administração, além de suas atribuições legais:

- a) Na ausência ou impedimento do presidente do Conselho de Administração, um dos copresidentes deve convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração.
- b) Atuar para o fomento da visão da Companhia de acordo com seus valores e sua cultura organizacional;
- c) Supervisionar a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral e execução da estratégia de curto, médio e longo prazo da Companhia, conforme objetivos e interesses estabelecidos pelos acionistas e pelo Conselho de Administração;
- d) Colaborar com o Conselho de Administração da Companhia na fiscalização de suas operações;
- e) Propor matérias a serem discutidas, tanto ao presidente do Conselho de Administração como aos Comitês que possam ser criados para assessorar o Conselho;

- f) Estabelecer e supervisionar o processo de avaliação dos órgãos colegiados da Companhia.
- g) Revisar e propor as remunerações do Conselho de Administração e da Diretoria;
- h) Coordenar a atualização do plano de sucessão dos executivos da Companhia;
- i) Quando aplicável, atuar por meio da participação nos comitês ou grupos de trabalho que possam ser criados e cujas atividades englobem as finalidades acima.

§ 53° - Em caso de vaga de cargo do Conselho de Administração, os remanescentes nomearão o substituto para ocupá-la até a primeira Assembleia Geral que se seguir, mas, se o número de Conselheiros ficar reduzido a menos de 5 (cinco) deverá ser convocada a Assembleia Geral Extraordinária para o preenchimento dos cargos.

~~§ 4° - O Conselho de Administração reunir-se-á preferencialmente na sede da Companhia ou em outro local, desde que previamente designado, ordinariamente uma vez por mês, em dia, hora e local que for convocado, e extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente, ou pelo Vice-Presidente nos seus impedimentos.~~

§ 6° - O Conselho de Administração reunir-se-á preferencialmente na sede da Companhia ou em outro local, desde que previamente designado, ordinariamente uma vez por mês, em dia, hora e local que for convocado, e extraordinariamente, quando convocado pelo presidente ou por um dos copresidentes no seu impedimento.

§ 7° - As reuniões dos órgãos da Administração poderão ser realizadas, excepcionalmente, por conferência telefônica, videoconferência, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação dos membros e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião.

§ 85° - Para instalação e funcionamento do Conselho de Administração será necessária a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta de votos dos Conselheiros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, ressalvadas as deliberações previstas no parágrafo seguinte.

§ 96° - Para preenchimento de vaga de cargos do Conselho de Administração, eleição e destituição de Diretores, as deliberações serão tomadas com a concordância de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos seus conselheiros.

Artigo 11 - Compete ao Conselho de Administração:

a) Fixar os objetivos dos negócios da Companhia:

1. Orientando a Diretoria Executiva na formulação dos planos a médio e longo prazo;

2. Aprovando os planos de desenvolvimento e de expansão, e os investimentos necessários à sua execução;
 3. Aprovando os orçamentos anuais e de investimentos, cuja execução será acompanhada e conferida mensalmente;
- b) Eleger e destituir, a qualquer tempo, os diretores da Companhia, distribuindo entre os mesmos os honorários determinados pela Assembleia Geral.
- c) Supervisionar e fiscalizar a gestão da Diretoria, examinando a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitando informações sobre os contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos.
- d) Convocar as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária quando julgar conveniente.
- e) Manifestar-se sobre o relatório, as demonstrações financeiras e as contas da diretoria.
- f) Autorizar atos que ultrapassem os de administração ordinária, tais como:
- I - Participação em outras sociedades e a alienação dessas participações;
 - II - Constituição, fusão, incorporação, cisão e extinção de sociedades subsidiárias, alteração de seus contratos ou Estatutos Sociais;
 - III - Aquisição, alienação e oneração de imóveis;
 - IV - Alienação de bens móveis do ativo não-circulante acima do valor fixado pelo Conselho;
 - V - Criação e extinção de filiais e outros estabelecimentos;
 - VI - Constituição de ônus reais e concessão de fianças ou avais, exceto quando em garantias do próprio bem no ato da aquisição;
 - VII - Investimentos em projetos de expansão e aperfeiçoamento em valor superior ao fixado pelo Conselho;
 - VIII - Arrendamento mercantil em valor superior ao fixado pelo Conselho;
 - IX - Contratação de dívida a longo prazo;
 - X - Aquisição de ações de emissão da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
 - XI - Alienação, oneração ou cessão de uso de patentes e marcas;
 - XII - Estabelecimento de planos previdenciários para os empregados da Companhia;
- g) Deliberar sobre quaisquer propostas da Diretoria a serem submetidas à Assembleia Geral;

- h) Fixar a política de endividamento da Companhia;
- i) Escolher e destituir os auditores independentes;
- j) Examinar e aprovar, mensalmente, os balancetes e/ou balanços;
- l) Fixar a forma de distribuição da participação da Administração no lucro da Companhia quando autorizada pela Assembleia Geral, observados os limites legais;
- m) Deliberar sobre a proposta da Diretoria Executiva referente a atos de companhias subsidiárias, nos casos em que os seus respectivos Estatutos Sociais exijam a liberação da controladora;
- n) Examinar e aprovar balanços intercalares e autorizar a distribuição de dividendos antecipados "ad referendum" da Assembleia Geral;
- o) Deliberar sobre a emissão de Notas Promissórias para colocação Pública (Commercial Paper);
- p) Deliberar sobre o aumento do capital social autorizado nos limites estabelecidos no parágrafo único do artigo 5º;

~~q) Eleger um Secretário do Conselho, que poderá ser um dos membros do Conselho de Administração, sendo facultado, ainda, a nomeação de um funcionário de carreira da Companhia.~~

~~l - Compete ao Secretário do Conselho de Administração:~~

- ~~a) O registro de todos os atos e atividades do Conselho de Administração;~~
- ~~b) Secretariar as reuniões do Conselho e fazer lavrar as atas respectivas;~~
- ~~c) Superintender a correspondência do Conselho de Administração;~~
- ~~d) Criar e administrar os arquivos do órgão;~~
- ~~e) Ter a guarda de documentos de interesse do Conselho;~~
- ~~f) O acompanhamento da execução de todas as deliberações do Conselho de Administração.~~

q) Eleger um secretário de governança corporativa, que poderá ser um dos membros do Conselho de Administração, sendo facultado, ainda, a nomeação de um funcionário de carreira da Companhia.

l - Compete ao secretário de governança corporativa:

- a) Organizar e coordenar as pautas de reuniões do Conselho de Administração da Companhia, dos Comitês e os calendários de reuniões e Assembleias Gerais da Companhia.

- b) Secretariar as reuniões do Conselho e lavrar as atas respectivas, providenciando o registro perante a Junta Comercial;
- c) Registrar todos os atos e atividades do Conselho de Administração e dos Comitês;
- d) Acompanhar a execução de todas as deliberações do Conselho de Administração e dos respectivos Comitês;
- e) Superintender a correspondência do Conselho de Administração e dos Comitês;
- f) Administrar os arquivos do Conselho de Administração e dos respectivos Comitês;
- g) Assessorar o Conselho de Administração e os Comitês, no tocante as questões de ordem societária;
- h) Atualizar e acompanhar as informações necessárias perante o Código Brasileiro de Governança Corporativa;
- i) Coordenar, acompanhar e atualizar as informações prestadas aos órgãos de controle.

Artigo 12 – A Diretoria Executiva será constituída de nove membros, sendo um diretor presidente, um diretor industrial, um diretor de mineração, um diretor comercial, um diretor financeiro, um diretor administrativo, um diretor de recursos florestais, um diretor de relações com investidores e um diretor de novos negócios, eleitos pelo Conselho de Administração, devendo ser residentes no país, acionistas ou não, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

§ 1º - Um dos membros do Conselho de Administração poderá ser eleito para o cargo de Diretor Presidente.

§ 2º - Em caso de vaga de cargo de diretoria, o Conselho de Administração poderá indicar um substituto, o que será obrigatório se o número de diretores ficar reduzido a menos de quatro. Os substitutos complementarão o mandato dos substituídos.

§ 3º - Compete à diretoria executiva, quando atuando em colegiado, supervisionar os diversos órgãos de controle, inerentes às respectivas áreas; elaborar e submeter ao Conselho de Administração, o relatório da diretoria e as demonstrações financeiras de cada exercício, acompanhados do relatório dos auditores independentes; garantir a implementação da política integrada de saúde, segurança, qualidade e meio ambiente e das demais políticas adotadas pela Companhia; preparar e submeter à aprovação do Conselho, o plano anual de investimentos.

§ 4º - Compete ao diretor presidente a direção geral da Companhia, a supervisão e a coordenação das diretorias bem como a articulação entre a Diretoria e o Conselho de Administração.

§ 5º - Compete ao diretor industrial, a direção, a coordenação e a supervisão das operações industriais das plantas metalúrgicas da Organização.

§ 6º - Ao diretor de mineração cabe a direção, coordenação e supervisão das atividades de produção mineral da Companhia.

§ 7º- Compete ao diretor comercial, administrar as atividades relativas às áreas de comercialização da Companhia, seja no mercado interno ou externo.

§ 8º - Ao diretor financeiro cabe a direção, orientação e supervisão sobre a execução das atividades relacionadas às áreas de finanças e contábil da Companhia.

§ 9º - O diretor administrativo é responsável pela direção e coordenação dos processos inerentes à área de recursos humanos e das atividades administrativas da Organização.

§ 10 - Ao diretor de recursos florestais compete a direção e o desenvolvimento das atividades florestais, bem como dos processos relativos à produção de carvão vegetal.

§ 11 - Ao diretor de relações com investidores cabe a direção e a coordenação das atividades voltadas ao relacionamento com o público investidor, zelando pelas informações prestadas ao mercado regulador e à Comissão de Valores Mobiliários.

§ 12º - Ao diretor de novos negócios cabe a direção e coordenação das atividades voltadas à prospecção e ao desenvolvimento de novas oportunidades de negócios e aquisições, em conformidade com o planejamento estratégico da Companhia.

Artigo 13 - A Companhia será representada, ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente, por qualquer um dos membros da Diretoria, ressalvado o disposto nos parágrafos deste Artigo.

§ 1º - A Diretoria, sempre que representada por dois diretores poderá constituir mandatários da Companhia, devendo ser especificado no instrumento os atos ou operações que poderão praticar e a duração do mandato que, sendo para representações em juízo, poderá ser por prazo indeterminado.

§2º- A Diretoria poderá nomear procuradores para fins de representação em juízo da Companhia, ativa ou passivamente, nos termos do artigo 12, inciso VI do CPC, respeitadas as condições do parágrafo anterior.

§3º - Todos os documentos que importarem responsabilidade ou obrigações da Companhia, incluindo cheques, ordens de pagamento e outros envolvidos em aplicações financeiras, serão obrigatoriamente assinados por dois diretores ou por um diretor e um procurador constituído legalmente pelos Diretores em exercício.

§4º - Para alienar e onerar bens móveis componentes do ativo não-circulante é necessária a autorização do Conselho de Administração, caso seja ultrapassado o limite estabelecido pelo Conselho de Administração, devendo a Companhia ser representada por dois diretores, sendo um deles, necessariamente, o Diretor Presidente.

§5º - Para alienar e onerar bens imóveis componentes do ativo não-circulante é necessária a autorização do Conselho de Administração, devendo a Companhia ser representada por dois diretores, sendo um deles, necessariamente, o Diretor Presidente.

§6º - A diretoria poderá designar assessores especiais, em nível de Diretores Adjuntos, para prestarem assistência aos Diretores Executivos, embora sem poderes, direitos e obrigações que o Estatuto e a lei a estes conferem.

CAPÍTULO IV - Do Conselho Fiscal

Artigo 14 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos em Assembleia Geral.

Artigo 15 - O Conselho Fiscal não terá caráter permanente e será instalado pela Assembleia Geral na forma da Lei e cada período do funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação.

Artigo 16 - A eleição, instalação, competência, deveres e responsabilidades do Conselho Fiscal são fixados na lei.

Artigo 17 - A remuneração do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será fixada pela Assembleia Geral que o eleger, respeitados os limites estabelecidos em lei.

CAPÍTULO V - Da Assembleia Geral

Artigo 18 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem.

§ único - A Assembleia Geral será presidida e secretariada por acionistas escolhidos entre os presentes.

Artigo 19 - Nas deliberações da Assembleia Geral cada ação ordinária dará direito a um voto.

Artigo 20 - Para convocação, instalação, *quorum*, e ordem do dia, as Assembleias Gerais obedecerão às prescrições legais.

Artigo 21 - Somente poderão tomar parte da Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em conta de depósito de ações da instituição depositária designada pela Companhia para o serviço de ações escriturais, até 3 (três) dias antes da realização da assembleia.

Artigo 22 - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia, instituição financeira ou advogado.

Artigo 23 - A Assembleia Geral Extraordinária que tiver por objeto a reforma do Estatuto, instalar-se-á em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 2/3 no mínimo do capital social com direito a voto, em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Artigo 24 - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em leis, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não computado os votos em branco.

CAPÍTULO VI - Do Exercício Social

Artigo 25 - O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, que deverão atender às disposições legais aplicáveis.

§ 1º - A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais ou intermediários, para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio que serão objeto de deliberação por meio de Assembleia Geral. O valor dos juros pagos ou creditados, a título de remuneração de capital próprio poderá ser considerado como antecipação ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-lo para todos os efeitos legais.

§ 2º - A Companhia poderá, também, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores que o semestre, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante de reservas de capital previstas em lei.

§ 3º - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá, ainda, declarar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

§ 4º - Obedecidas todas as determinações legais, poderá o Conselho de Administração *ad referendum* da Assembleia Geral autorizar o pagamento de participações e de dividendos do exercício imediatamente após a publicação do balanço.

~~§ 5º - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, promover o pagamento de juros sobre o capital próprio, obedecidas as normas legais pertinentes, de forma que a destinação de resultados a acionistas possa ser feita a título de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio. O prazo para a realização do pagamento de juros sobre capital próprio, quando da sua deliberação, deverá obedecer o prazo estipulado no artigo 27 do presente Estatuto.~~

§ 5º- A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, promover o pagamento de juros sobre o capital próprio, obedecidas as normas legais pertinentes, de forma que a destinação de resultados a acionistas possa ser feita a título de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio. O prazo para a realização do pagamento de juros sobre capital próprio, quando da sua deliberação, deverá obedecer o prazo estipulado no artigo 27 do presente Estatuto.

Artigo 26 - No encerramento do exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas em lei, observando-se, quanto à destinação do resultado do exercício, as seguintes regras:

a) Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda e a contribuição social sobre o lucro líquido;

b) Do restante do resultado do exercício, depois de subtraídos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido, serão deduzidos:

I- Até 10% (dez por cento) para distribuição aos empregados, a critério da Diretoria Executiva, e obedecidas as normas estabelecidas pela Companhia sobre o assunto;

II- Até 10% (dez por cento) do saldo resultante para gratificação dos administradores;

c) Efetuadas as deduções relacionadas neste Artigo, quais sejam, prejuízos acumulados, provisões para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido, participação de empregados e participação de administradores, o resultado remanescente será considerado o lucro líquido do exercício.

d) Quanto à destinação do lucro líquido do exercício, serão obedecidas as normas a seguir:

I - 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição do Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social realizado;

II - Uma parcela, por proposta dos órgãos de administração, destinada para a reserva de lucros a realizar.

III - Pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento a acionistas, como dividendo mínimo obrigatório.

IV - O saldo do lucro líquido do exercício, deduzidos os percentuais do dividendo mínimo obrigatório e da constituição da reserva legal será utilizado na formação de reservas para contingências e de retenção de lucros.

§ 1º - O Conselho de Administração poderá propor, e a Assembleia deliberar, deduzir do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, e respeitadas as reservas relacionadas aos benefícios fiscais e demais reservas, uma parcela em montante não superior a

60% (sessenta por cento) para a constituição de uma Reserva para investimento e capital de giro, que obedecerá aos seguintes princípios:

a) sua constituição não prejudicará o direito dos acionistas em receber o pagamento dos dividendos;

b) seu saldo não poderá ultrapassar a 90% (noventa por cento) do capital social. Atingido esse limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, determinando a sua distribuição aos Acionistas ou o aumento do capital social da Companhia;

c) a reserva tem por finalidade assegurar a liquidez e continuidade da companhia, destinando estes recursos para investimentos para financiar a expansão das atividades da Companhia ou criação de novos negócios ou acréscimo do capital de giro, inclusive amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado:

i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário;

ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento;

iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei;

iv) na incorporação ao Capital Social, inclusive mediante bonificações em ações novas.

§ 2º - Fica assegurado ao Conselho de Administração, entretanto, o direito de, excepcionalmente, propor à Assembleia Geral em determinados exercícios sociais uma distribuição adicional de dividendos, com base no saldo do lucro líquido do exercício que seria destinado à reserva para investimento e capital de giro, obtido após as deduções legais e do dividendo mínimo obrigatório, caso entenda, a seu exclusivo critério, que o saldo existente nessa reserva seja suficiente para atender a finalidade pela qual foi constituída.

~~**Artigo 27** - Os dividendos serão pagos dentro de 60 (sessenta dias) a contar da realização da Assembleia que decidiu sobre a sua distribuição, salvo deliberação em contrário da mesma Assembleia. Os dividendos não reclamados dentro de 3 (três) anos, a contar do anúncio de seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia.~~

Artigo 27º - Os dividendos serão pagos dentro de 60 (sessenta dias) a contar da realização da Assembleia que decidiu sobre a sua distribuição, salvo deliberação em contrário da mesma Assembleia e ressalvada a hipótese de pagamento antecipado, na forma prevista no artigo 25º do presente Estatuto. Os dividendos não reclamados dentro de 3 (três) anos, a contar do anúncio de seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia.

Artigo 28 - Os órgãos de administração poderão implantar um programa de responsabilidade social abrangendo preferentemente as comunidades onde a companhia atua.

CAPÍTULO VII - Dissolução. Liquidação. Extinção.

Artigo 29 - A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei.

Artigo 30 - O Conselho de Administração nomeará o liquidante, a Assembleia Geral determinará o modo de liquidação e elegerá o Conselho Fiscal que funcionará durante o período de liquidação.

Pojuca, 20 de abril de 2021

ANEXO 9-1-II – Instrução CVM 481
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício.

O lucro líquido do exercício foi R\$ 69.771.530,04.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprios já declarados.

Data declaração	Remuneração	Valor absoluto R\$ mil	Valor por ação Ordinária	Valor por ação Preferencial	Aprovação da distribuição	Data pagamento
28/08/2020	Juros sobre o capital próprio	13.690	R\$ 0,15099	R\$ 0,16609	RCA	A partir de 22/09/2020
26/11/2020	Juros sobre o capital próprio	30.000	R\$ 0,33088	R\$ 0,36397	RCA	A partir de 22/12/2020
		14.310	R\$ 0,15783	R\$ 0,17361	RCA	A partir de 26/01/2021
22/12/2020	Juros sobre o capital próprio	1.350	R\$ 0,01489	R\$ 0,01638	RCA	A partir de 19/02/2021
TOTAL	-	59.350	R\$ 0,65459	R\$ 0,72005	-	-

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

Os proventos distribuídos, na forma de juros sobre o capital próprio, contemplam o percentual de 100% sobre o lucro líquido.

	R\$ mil
(=) Lucro líquido do exercício	69.772
(-) Constituição de reserva legal (5% lucro líquido)	(3.489)
(-) Reserva de incentivo fiscal (SUDENE, DESENVOLVE e reinvestimento)	(6.933)
(=) Lucro base ajustado para distribuição de proventos	<u>59.350</u>
Juros sobre o capital próprio distribuído	<u>(59.350)</u>
Juros sobre o capital próprio distribuído/Lucro líquido do exercício	<u>100%</u>

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Data declaração	Remuneração	Valor absoluto R\$ mil	Valor por ação Ordinária	Valor por ação Preferencial	Aprovação da distribuição	Data pagamento
22/12/2020	Juros sobre o capital próprio	17.166	R\$ 0,18933	R\$ 0,20826	RCA	A partir de 19/02/2021

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Nenhuma distribuição adicional de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio está sendo proposto, além do que foi declarado nos itens 2 e 4.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável.

- d. **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:**
Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

- a. **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.**
Já declarados anteriormente, item 2.

- b. **Informar a data dos respectivos pagamentos.**
Já declarados anteriormente, item 2.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. **Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.**

Lucro básico/diluído por ação	2020	2019	2018	2017
Lucro Líquido (R\$ mil)	69.772	221.176	308.799	269.852
Ações ordinárias (R\$)	R\$ 0,7695	R\$ 2,4394	R\$ 3,4059	R\$ 2,9763
Ações Preferenciais (R\$)	R\$ 0,8465	R\$ 2,6834	R\$ 3,7465	R\$ 3,2739

- b. **Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.**

Ano	Data declaração	Remuneração	Valor absoluto R\$ mil	Valor por ação Ordinária	Valor por ação Preferencial	Data pagamento
2019	23/04/2019	Dividendos complementares	20.000	R\$ 0,22059	R\$ 0,24265	20/05/2019
2019	28/05/2019	JCP	26.889	R\$ 0,29657	R\$ 0,32623	19/06/2019
2019	28/08/2019	JCP	23.282	R\$ 0,25679	R\$ 0,28247	20/09/2019
2019	26/11/2019	JCP	35.779	R\$ 0,39462	R\$ 0,43408	20/12/2019
2019	20/12/2019	JCP	5.223	R\$ 0,05761	R\$ 0,06337	24/01/2020
2018	29/05/2018	JCP	24.256	R\$ 0,26754	R\$ 0,29429	20/06/2018
2018	28/08/2018	JCP	31.576	R\$ 0,34826	R\$ 0,38309	20/09/2018
2018	27/11/2018	JCP	32.440	R\$ 0,35779	R\$ 0,39357	20/12/2018
2018	18/12/2018	JCP	8.362	R\$ 0,09222	R\$ 0,10145	22/01/2019
2017	21/12/2017	JCP	20.231	R\$ 0,22313	R\$ 0,24545	18/01/2018
2017	30/11/2017	JCP	22.551	R\$ 0,24873	R\$ 0,27360	18/12/2017
2017	11/09/2017	JCP	22.794	R\$ 0,25140	R\$ 0,27655	28/09/2017
2017	11/07/2017	JCP	24.559	R\$ 0,27087	R\$ 0,29796	25/07/2017

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal.

- a. **Identificar o montante destinado à reserva legal.**
O montante destinado à reserva legal é de R\$ 3.488.576,50.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

O cálculo da reserva legal consiste na aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) sobre o Lucro Líquido de R\$ 69.771.530,04, auferido no Exercício. Esta reserva será constituída, obrigatoriamente, pela Companhia, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida (vide artigo 26 do estatuto social e conforme artigo 193 da Lei 6.404/76).

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

A companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos. Conforme artigo 26 do Estatuto Social, pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) será destinado ao pagamento a acionistas, como dividendo mínimo obrigatório.

Na forma do artigo 6º do Estatuto Social, as ações preferenciais de emissão da Companhia possuem as seguintes preferências e vantagens: As ações preferenciais não terão direito a voto e sua preferência consistirá: a) na percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; b) na prioridade no reembolso de capital.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Sim.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

O Estatuto Social estabelece em seu artigo 26, parágrafo III, a atribuição de dividendos a acionistas, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, resultante após as deduções da reserva legal, reserva para contingências e reservas de lucros a realizar. O saldo resultante ficará à disposição da Assembleia Geral.

b. Informar se está sendo pago integralmente.

Os dividendos obrigatórios estão sendo pagos integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido.

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.

a. Informar o montante da retenção.

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências.

a. Identificar o montante destinado à reserva.

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável.

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

Disposto no Artigo 26, parágrafo 1º do Estatuto Social da companhia:

O Conselho de Administração poderá propor, e a Assembleia deliberar, deduzir do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, e respeitadas as reservas relacionadas aos benefícios fiscais e demais reservas, uma parcela em montante não superior a 60% (sessenta por cento) para a constituição de uma Reserva para investimento e capital de giro, que obedecerá aos seguintes princípios:

- a) sua constituição não prejudicará o direito dos acionistas em receber o pagamento dos dividendos;
- b) seu saldo não poderá ultrapassar a 90% (noventa por cento) do capital social. Atingido esse limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, determinando a sua distribuição aos Acionistas ou o aumento do capital social da Companhia;
- c) a reserva tem por finalidade assegurar a liquidez e continuidade da companhia, destinando estes recursos para investimentos para financiar a expansão das atividades da Companhia ou criação de novos negócios ou acréscimo do capital de giro, inclusive amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado:
 - i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário;
 - ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento;
 - iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei;
 - iv) na incorporação ao Capital Social, inclusive mediante bonificações em ações novas.

b. Identificar o montante destinado à reserva.

O Montante destinado à reserva de investimentos é de R\$ 0,0.

c. Descrever como o montante foi calculado.

Após apuração do lucro líquido, deduzidas as reservas previstas em lei, e o cálculo dos

dividendos a serem distribuído conforme abaixo informado (em R\$):

Lucro líquido do exercício de 2020	69.771.530,04
(-) 5% reserva legal	(3.488.576,50)
(-) Incentivo fiscal: SUDENE, DESENVOLVE e reserva de reinvestimento (proibida distribuição)	(6.932.582,04)
(-) JCP/Dividendos propostos	(59.350.371,50)
(=) Formação da reserva de lucro	0,00

15. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

a. Informar o montante destinado à reserva.

Serão destinados à Reserva de incentivos fiscais: R\$ 6.932.582,04, sendo o incentivo SUDENE no valor de R\$ 6.262.825,74; o incentivo DESENVOLVE no valor de R\$ 560.267,52; e, o incentivo de reinvestimento no valor de R\$ 109.488,78.

b. Explicar a natureza da destinação

A reserva de lucros incentivo fiscal SUDENE, refere-se à parcela do incentivo fiscal do imposto de renda (lucro da exploração). Esta reserva é constituída transferindo-se a parcela de incentivo fiscal que afetou a despesa com imposto de renda do exercício e não poderá ser distribuída a acionistas. A destinação desta reserva, deve-se, obrigatoriamente, ser aplicadas na expansão da empresa (investimentos).

A reserva de lucros incentivo fiscal DESENVOLVE, refere-se à parcela do incentivo fiscal do ICMS. Esta reserva é constituída transferindo-se a parcela de incentivo fiscal que afetou o resultado e não poderá ser distribuída a acionistas. A destinação desta reserva, deve-se, obrigatoriamente, ser aplicadas na expansão da empresa (investimentos).

A reserva de lucro de reinvestimento refere-se ao incentivo para as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene, com projetos de modernização ou complementação de equipamento. O valor referente a "Redução por Reinvestimento", indicado na declaração de rendimentos, será de 30% (trinta por cento) do imposto de renda devido. A este valor, a pessoa jurídica deve adicionar 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios (contrapartida) e depositar o total desta soma no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), através do formulário "Guia de Recolhimento" disponível em qualquer agência do BNB, no mesmo prazo fixado para o pagamento do imposto que originou a opção pelo incentivo. A destinação desta reserva, deve-se, obrigatoriamente, ser aplicadas na expansão da empresa (investimentos).

ITENS 12.5/6 a 12.10 - ANEXO 24 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ADMINISTRADORES

12.5 /6 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

A.	B.	C.	D.	E.	F.	G.	H.	I.	J.	K.	L.
Nome	Data Nasc	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data eleição	Data posse	Prazo mandato	Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Indicado por controlador	Membro independente (Critério utilizado)	Número de mandatos consecutivos
Geraldo de Oliveira Lopes	05/07/1955	Eng. Metalurgista	280.000.996-91	Presidente do Conselho de administração	23/04/2020	-	1 ano	Diretor Presidente e de Relações com Investidores	Sim		11
Sérgio Curvelo Dória	31/10/1954	Químico Industrial	103.295.285-72	Vice Presidente Conselho de Administração	23/04/2020	-	1 ano	Diretor Comercial	Sim		6
Barbara Klein de Araújo Carvalho	01/03/1985	Advogada	021.251.865-86	Conselho de Administração	23/04/2020	-	1 ano	Assessora de Comunicação/RSE	Sim		8
José Ronaldo Sobrinho	05/09/1954	Eng. Minas	059.723.965-72	Conselheiro de Administração	23/04/2020	-	1 ano	Diretor de Mineração	Sim		6
Marta Teixeira Barroso Fernandes	18/09/1959	Pedagoga	153.554.465-15	Conselheiro de Administração	23/04/2020	-	1 ano	Diretora Administrativa	Sim		6
Paulo Roberto Magalhães Bastos	13/03/1952	Engenheiro Metalúrgico	060.106.875-00	Conselheiro de Administração	23/04/2020	-	1 ano	-	Não	Sim	7
Marcos Sampaio de Souza	12/12/1973	Advogado	719.059.445-00	Conselheiro de Administração	23/04/2020	-	1 ano	-	Sim	Sim	7
Guilherme de Alencar Amado	25/11/1964	Economista	513.589.056-49	Conselheiro de Administração	23/04/2020	-	1 ano	-	Sim	Sim	3
Massao Fabio Oya	07/11/1981	Contador	297.396.878-06	Conselheiro Fiscal (Efetivo)	23/04/2020	-	1 ano	-	Não		7
Maria Elvira Lopes Gimenez	18/05/1970	Economista	136.012.018-10	Conselheiro Fiscal (Suplente)	28/07/2020	-	1 ano	-	Não		2
Cristiano Lima da Mota	02/09/1946	Administrador	019.630.665-53	Conselheiro Fiscal (Efetivo)	23/04/2020	-	1 ano	Assessor Dir Administrativa	Sim		4
Emanuel Paixão de Oliveira	29/10/1978	Contador	952.666.315-20	Conselheiro Fiscal (Efetivo)	28/07/2020	-	1 ano	Controller	Sim		1
José Santos Souza	30/01/1968	Contador	454.576.625-00	Conselheiro Fiscal (Suplente)	23/04/2020	-	1 ano	-	Sim		6
José Augusto da Silva de Almeida	07/11/1962	Administrador	430.604.555-20	Conselheiro Fiscal (Suplente)	23/04/2020	-	1 ano	-	Sim		7

M.	<p>informações sobre:</p> <p>i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:</p> <p>i.i nome e setor de atividade da empresa;</p> <p>i.ii cargo;</p> <p>i.iii se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p> <p>ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>
Sérgio Curvelo Dória	<p>Químico industrial, graduado pela Universidade Federal de Sergipe, em 1978. Ingressou na Ferbasa em 1978. Exerceu o cargo de diretor comercial, desde 1997, tendo como atividades principais a direção e controle dos processos de prospecção de negócios nos mercados interno e externo, vendas, distribuição, importação e exportação, controle dos padrões de qualidade dos produtos fabricados pela empresa e das matérias primas recebidas para processamento, compras e gestão de estoque. Atuou também nas seguintes atividades: assistente da diretoria comercial, de 1993 a 1997, tendo como atribuições a gestão dos processos de controle de qualidade, vendas e distribuição dos produtos para os mercados interno e externo; no período de 1984 a 1993, ocupou a função de chefe da divisão de controle de qualidade, gerenciando os processos de análise químicas e físicas, controle de qualidade e distribuição dos produtos para os mercados interno e externo, sendo o responsável técnico junto ao CRQ – Conselho Regional de Química; foi chefe do Laboratório Químico, de 1980 a 1984, assumindo a coordenação dos processos de análises químicas e físicas e a aprovação de certificados de qualidade dos produtos; de 1979 a 1980 desempenhou o cargo de químico, à frente dos processos de análises químicas e físicas e a aprovação de certificados de qualidade dos produtos. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.</p>

José Ronaldo Sobrinho	Engenheiro de minas, graduado pela Universidade Federal de Pernambuco. Ingressou na Ferbasa em 1980. Ocupou o cargo de diretor de mineração de abril/2009 a abril/2014, tendo como atividades principais a direção e controle dos processos lavra, transporte e beneficiamento de minérios, planejamento de lavra, pesquisas geológicas e geologia de mina. Exerceu também as seguintes atividades: superintendente de mineração – de 1988 a 2001, tendo como atribuições a direção e controle dos processos lavra, transporte e beneficiamento de minérios, planejamento de lavra, pesquisas geológicas e geologia de mina, gestão de manutenção e controle de qualidade; de 1986 a 1988 ocupou o cargo de gerente de produção, assumindo a direção e controle dos processos lavra, transporte e beneficiamento de minérios; atuou como engenheiro de minas de 1980 a 1986, sendo responsável pela coordenação e orientação de processos de perfuração e detonação e a coordenação de lavra de minério. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.
Marta Teixeira Barroso Fernandes	Pedagoga, graduada pela Universidade Católica de Salvador (BA). Em 1979, ingressou na Fundação José Carvalho como aluna do Programa de Formação Administrativa e, após a sua conclusão, migrou para a FERBASA, em 1980, onde ocupou o cargo de diretora administrativa, de abril/2009 até abril/2014, com a missão de comandar os sistemas de gestão de recursos humanos – processos de recrutamento, seleção e treinamento; remuneração, desempenho e competências); os serviços de apoio administrativo, gestão de contratos, tecnologia da informação e as atividades do sistema de gestão integrada. Atuou também como diretora de recursos humanos durante o período de 2000 a 2009, sendo responsável pela coordenação dos sistemas de recursos humanos, serviços de apoio administrativo, contratos, tecnologia da informação e sistema de gestão integrada. De 1994 a 2000, exerceu a posição de superintendente de recursos humanos, assumindo o gerenciamento dos sistemas de gestão de recursos humanos e serviços de apoio administrativo, contratos e tecnologia da informação e segurança no trabalho. Foi chefe da divisão de recursos humanos, no período de 1991 a 1994, sendo responsável pela coordenação dos sistemas de gestão de recursos humanos e serviços de apoio administrativo. No período de 1989 a 1991, atuou como coordenadora de cargos e salários, cujas atribuições englobavam o desenvolvimento de estudos de remuneração, avaliação, pesquisa e controle do plano de cargos e salários. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que a impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.
Barbara Klein de Araújo Carvalho	Advogada. Graduada pela Universidade Salvador-UNIFACS. MBA em gestão empresarial pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Pós-Graduação na FGV (GVlaw) em Mercado de Capitais: aspectos jurídicos. Programa de Gestão Avançada (Fundação Dom Cabral/Brasil & INSEAD. Making Boards More Effective- Harvard Business School. Curso para Conselheiros de Administração IBGC e FDC. Ocupou o cargo de Assessora de Comunicação/RSE de dez/2011 a abril/2013, sendo responsável por assegurar suporte operacional e analítico às atividades de Comunicação e de Responsabilidade Social Empresarial da FERBASA. Exerceu também os seguintes cargos: Coordenadora de Comunicação/RSE – 2010; Advogada - 2008 a 2010; Assistente jurídica – 2007 a 2008; Estagiária da Assessoria Jurídica – 2003. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que a impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.
Paulo Roberto Magalhães Bastos	Engenheiro Metalúrgico graduado pela Universidade Federal de Ouro Preto com Mestrado em Metalurgia Física pela Universidade Federal de Minas Gerais. Educação Executiva: 2011 – HARVARD – Driving Corporate Performance (USA); 2011 – MIT – Business Dynamics :- MIT's Approach to Diagnosing and Solving Complex Business Problems (USA); 2001 – CAMPUS (PIONEER Programme), Curso de Gestão Avançada (França); 1996 – PGA, Programa de Gestão Avançada (Fundação Dom Cabral/Brasil & INSEAD/França); Vivência Profissional: Na Arcelor Mittal Inox Brasil (ex-Acesita), no período de 1977 a 2010, foi sucessivamente Engenheiro treinee, Metalurgista-Pesquisador para Aços Elétricos - Laminados a Quente e a Frio, Gerente de Laminação a Frio de Aços Inoxidáveis, Superintendente de Produtos Planos, Superintendente de Infra-Estrutura, Superintendente de Produtos Aços Inoxidáveis e Carbono, Diretor Industrial e Diretor Presidente. Participou do Conselho das seguintes empresas e entidade entre outras: Membro do Conselho Diretor do Instituto Aço Brasil (Mar/08 – Dez/10); Diretor da ABM – Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração (Abr/2002 – Abr/2009); Membro e Presidente do Conselho Curador da Fundação ArcelorMittal Acesita, (2000 – 2010). Membro do Conselho Curador da Fundação Gorceix. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.
Marcos Sampaio de Souza	Advogado graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Católica do Salvador-UCSAL. Especialista em Direito do Estado pela Universidade do Salvador. Mestre em Direito pela UFBA (CAPES 4). Procurador do Estado da Bahia desde 2004. Conselheiro Estadual da OAB/Bahia, desde 2013. Vivência Profissional: Advogado privado, desde o ano de 2000, nas áreas de consultoria e contencioso cível e administrativo, em matéria administrativa, ambiental, comercial/societária, trabalhista e fiscal, atuando em favor de grandes empresas e de instituições do terceiro setor, tais como Sadia, Petrobrás, Parmalat, Coats Corrente, BSC-Bahia Specialty Cellulose, Fundação Odebrecht, Primo Schincariol, ABM-Associação Bahiana de Medicina, além de empresas médias e pequenas. Foi advogado da tradicional banca Escritório de Advocacia Barachísio Lisboa, entre 2000 e 2004. É Advogado Sênior da firma M.Sampaio & Souza – Advogados, desde a fundação. Professor/pesquisador universitário da graduação em direito e pós-graduação em direito da Universidade do Salvador-Unifacs, desde 2003 e da Faculdade Baiana de Direito, desde 2011. É Conselheiro Estadual da OAB/Bahia, desde 2013, onde Preside a Comissão de Orçamento e Contas da entidade. Atua como Procurador do Estado da Bahia, sendo responsável pela Inteligência Estratégica do Órgão e atuando no Grupo de Trabalho de Infraestrutura do Estado da Bahia. Palestrante e autor de diversos artigos sobre direito, em revistas e livros publicados, dentre eles, em 2013, “Conteúdo Essencial dos Direitos Sociais”, editora Saraiva. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.
Geraldo de Oliveira Lopes	Engenheiro metalúrgico, graduado pela Universidade Federal de Ouro Preto-MG em 1977, com extensão em Engenharia de Segurança pela Universidade Católica de Salvador-Ba em 1979. Ingressou na Ferbasa em dezembro de 1977. Ocupou o cargo de diretor presidente de abril de 2009 a abril de 2016. Exerceu também os seguintes cargos: diretor superintendente – de 2008 a 2009, tendo como atividades principais a direção e controle de todas as funções da empresa: industrial, financeira, administrativa, comercial, mineração e recursos florestais, orientando e coordenando as ações das respectivas diretorias, direcionando-as para os resultados planejados. No exercício deste cargo acumulou as funções de relações com investidores; foi diretor industrial, de 1989 a 2008, assumindo a direção dos processos de produção, engenharia, manutenção, gestão de energia e controle de produção; gerente de produção – de 1988 a 1989, no comando dos processos de produção e controle de processo; assistente da diretoria industrial - de 1986 a 1988, como responsável pelo gerenciamento e acompanhamento dos processos de produção de ligas; chefe da divisão de manutenção – de 1985 a 1986, à frente dos processos de manutenção geral, disponibilização e conservação dos equipamentos industriais e de transporte de produtos. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.
Guilherme de Alencar Amado	Economista graduado pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1987. Pós-graduado em Adm. Financeira - Fundação Dom Cabral 1990. Extensão em Banking - Manchester Business School – Inglaterra 1992. Pós-graduado em Contabilidade - Fundação Getúlio Vargas 1997. MBA – International Business – University of Birmingham – Inglaterra 2000. Extensão em Gestão de Empresas – Convênio Insead Arcelor – Paris – França 2002. É Consultor em finanças e estratégia tendo prestado serviços a uma ampla carteira de clientes. Exerceu também os seguintes cargos: CFO na empresa Ferrous Resources do Brasil S/A e MMX Mineração e Metais S.A.; Diretor do Banco Itaú BBA S.A e Diretor adjunto do Unibanco S.A.; Superintendente Financeiro, Diretor Financeiro das Offshores e Subsidiárias e Membro do Conselho do Fundo de Pensão da Acesita S.A.; Gerente no Banco BBA Creditanstalt S.A; Oficial de contas no Deutsche Bank AG e Trainee/oficial de contas na Lloyds Bank Plc. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.

Maria Elvira Lopes Gimenez	Associada a Solução Governança Corporativa e Consultoria Ltda. / Jorge Lepeltier Consultores Associados, exercendo o cargo de Supervisora Financeira e Administrativa, prestando também serviços de assessoramento empresarial nas áreas contábil, societária e governança corporativa, atuando em Conselhos Fiscais de Companhias Abertas. Presentemente é Conselheira Fiscal suplente nas seguintes empresas: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., Bicletas Monark S.A., WLM Indústria e Comércio S.A., Pettenati Indústria Têxtil S.A. Anteriormente, foi Conselheira Fiscal Titular da AES Tietê S.A. e Suplente da Companhia Providência Ind. e Com. S.A., Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo/ Sabesp e Cristal Pigmentos do Brasil S.A
Massao Fabio Oya	Consultor e Conselheiro Fiscal/Contador, com MBA em Gestão Financeira e Controladoria pelo Centro Universitário Padre Anchieta – Jundiaí/SP. Experiência Profissional: 2009 - Atual - Consultor Autônomo presentemente associado a Jorge Lepeltier Consultores Associados Ltda e Solução Governança Corporativa Consultoria Ltda; Como Analista Contábil Senior na PAREX BRASIL S.A. (2007 a 2009); Analista Contábil na ECON DISTRIBUIÇÃO S.A (2006 a 2007) e na IBAC S.A. (POZZANI) 2000 a 2005. Como Conselheiro Fiscal atuou como Titular ou Suplente das seguintes Companhias: Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo – Sabesp; Companhia Paranaense de Energia - Copel; Pettenati Indústria Têxtil S.A; Wetzel S.A. Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar; Banrisul - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. WLM Indústria e Comércio S.A.; General Shopping S.A. Mangels Industrial S.A.; Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A.; EZ TEC Empreend. e Participações S.A. ; Bardella S.A – Indústrias Mecânicas; • Azevedo & Travassos S.A.; TIM Participações S.A.; Brasil Ecodiesel S.A.; CSU Cardsystem S.A.; Companhia Providência Ind. e Com. S.A.; M&G Poliéster S.A.; Eucatex S.A. – Indústria e Comércio. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.
Cristiano Lima da Mota	Administrador; funcionário da companhia por 37 anos (1976 a 2013); Durante esses anos, nos diversos cargos ocupados, contribuiu com a estruturação e desenvolvimento dos sistemas de gestão de recursos humanos e serviços de apoio administrativo. Exerceu os seguintes cargos: Assessor da diretoria administrativa (2011-2013); Assessor da diretoria de Recursos Humanos (2008-2011); Chefe divisão de pessoal (2003-2008); Chefe de divisão recursos humanos (1989-2003); Chefe de divisão administrativa (1988-1989); Coordenador de relações industriais e Encarregado de almoxarifado (1976-1988). Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.
Emanuel Paixão de Oliveira	Contador e especialista em auditoria pela Fundação Visconde de Cairu. Ocupa o cargo de Diretor de Projetos desde 2019 na Esfera Consulting, tendo como atividades principais a condução institucional, técnica, comercial e administrativo-financeira do negócio. Exerceu também as seguintes atividades: Diretor de Projetos de maio/2017 a dezembro/2018, na Coeso Consultoria e Assessoria Empresarial, sendo responsável pelo desenvolvimento metodológico de soluções, elaboração e realização de apresentações executivas para potenciais clientes, elaboração de propostas de prestação de serviços e respectivos orçamentos; Diretor de Parcerias e Investimentos Sociais – de 2015 a 2017, na Fundação Odebrecht , responsável pela prospecção e/ou encaminhamento das relações com Investidores Sociais, envolvendo aporte financeiro/financiamento para os projetos de responsabilidade social empresarial apoiados; Controller na Cia. de Ferroligas da Bahia – Ferbasa de 2012 a 2015 , responsável pela gestão das áreas de planejamento, custos, auditoria interna e compliance; Controller na Monte Tabor de 2011 a 2012 responsável pela contabilidade societária, planejamento, prestação de contas de Convênios firmados e gestão da atividade de auditoria interna; Gerente Sênior na PricewaterhouseCoopers de 2005 a 2011 responsável pela venda e gestão de projetos relacionados a consultoria organizacional e a auditoria operacional; Supervisor na Performance Auditoria e Consultoria Empresarial de 2000 a 2005 responsável pela Coordenação e revisão técnica de trabalhos relacionados a auditoria independente. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.
José Santos Souza	Formado em bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Católica Dom Bosco, é funcionário da Fundação José Carvalho desde 1995, no cargo de Coordenador Contábil, sendo responsável pelo setor contábil e fiscal. Possui experiência de 28 anos em contabilidade, desempenhando carreira em outras empresas (de 1988 a 1995). Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.
José Augusto da Silva de Almeida	Administrador, formado pela Faculdade Jorge Amado em 2010, trabalha na Fundação José Carvalho desde 1986, onde exerceu a função de professor de matemática no Colégio Técnico da Fundação José Carvalho. A partir de 1989 exerceu a função de gerente de unidades do grupo, analista financeiro, e assessor administrativo da presidência. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.

N.	descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
i. qualquer condenação criminal	Não aplicável
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não aplicável
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não aplicável

12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	% Participação nas reuniões realizadas
Barbara Klein de Araújo Carvalho	100%
Geraldo de Oliveira Lopes	100%
José Ronaldo Sobrinho	100%
Marcos Sampaio de Souza	100%
Marta Teixeira Barroso Fernandes	100%
Paulo Roberto Magalhães Bastos	100%
Sérgio Curvelo Doria	100%
Guilherme Amado	100%
CONSELHO FISCAL	
Cristiano Lima da Mota	100%
Maria Elvira Lopes Gimenez	-
Emanuel Paixão de Oliveira	100%
José Augusto da Silva de Almeida	-
José Santos Souza	-
Massao Fabio Oya	100%

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

COMITE	A.	B.	C.	D.	E.	F.	G.	H.	I.	J.	K.	L.
	Nome	Data Nasc	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data eleição	Data posse	Prazo mandato	Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Indicado por controlador	Membro independente (Critério utilizado)	Número de mandatos consecutivos
AUDITORIA	Marta Teixeira Barroso Fernandes	18/09/1959	Pedagoga	153.554.465-15	Membro do comitê - efetivo	28/07/2020	28/07/2020	1 ano	Diretora Administrativa	Sim		6
	Barbara Klein de Araújo Carvalho	01/03/1985	Advogada	021.251.865-86	Membro do comitê - efetivo	28/07/2020	28/07/2020	1 ano	Assessora de Comunicação/ RSE	Sim		7
	Guilherme Amado	25/11/64	Economista	513.589.056-49	Membro do comitê - efetivo	28/07/2020	28/07/2020	1 ano	Consultor externo	Sim	Sim	4
RECURSOS HUMANOS	Sérgio Curvelo Doria	21/10/1954	Químico Industrial	103.295.285-72	Membro do comitê - efetivo	28/07/2020	28/07/2020	1 ano	Diretor Comercial	Sim		6
	Marta Teixeira Barroso Fernandes	18/09/1959	Pedagoga	153.554.465-15	Membro do comitê - efetivo	28/07/2020	28/07/2020	1 ano	Diretora Administrativa	Sim		6
	Barbara Klein de Araújo Carvalho	01/03/1985	Advogada	021.251.865-86	Membro do comitê - efetivo	28/07/2020	28/07/2020	1 ano	Assessora de Comunicação/ RSE	Sim		7
ESTRATÉGICO	Marcos Sampaio de Souza	12/12/1973	Advogado	719.059.445-00	Membro do comitê - efetivo	28/07/2020	28/07/2020	1 ano	-	Sim	Sim	7
	José Ronaldo Sobrinho	05/09/1954	Eng.Minas	059.723.965-72	Membro do comitê - efetivo	28/07/2020	28/07/2020	1 ano	Diretor de Mineração	Sim		6
	Paulo Roberto Magalhães Bastos	13/03/1952	Engenheiro Metalúrgico	060.106.875-00	Membro do comitê - efetivo	28/07/2020	28/07/2020	1 ano	-	Não	Sim	7
	Geraldo de Oliveira Lopes	05/07/1955	Eng. Metalurgista	280.000.996-91	Membro do comitê - efetivo	28/07/2020	28/07/2020	1 ano	Diretor Presidente e de Relações com Investidores	Sim		11

Observação: As informações exigidas do item 12.7, já foram mencionadas no item 12.5, referentes às letras "m" e "n", devido a corresponderem aos mesmos membros da Administração.

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

COMITE	NOME	% Participação nas reuniões realizadas
AUDITORIA	Marta Teixeira Barroso Fernandes	100%
	Barbara Klein de Araújo Carvalho	100%
	Guilherme Amado	100%
RECURSOS HUMANOS	Sérgio Curvelo Doria	100%
	Marta Teixeira Barroso Fernandes	100%
	Geraldo de Oliveira Lopes	100%
ESTRATÉGICO	Marcos Sampaio de Souza	100%
	José Ronaldo Sobrinho	100%
	Paulo Roberto Magalhães Bastos	100%
	Geraldo de Oliveira Lopes	100%

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

A. administradores do emissor	Não aplicável
B. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não aplicável
C. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não aplicável
D. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não aplicável

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

A. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não aplicável
B. controlador direto ou indireto do emissor	Não aplicável
C. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não aplicável



PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Prezados Senhores,

A Administração da Cia. de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA, nos termos do que dispõe a legislação pertinente e, de acordo com seu Estatuto Social, vem propor a V.Sas. a apreciação das seguintes propostas:

1. Aprovação da Remuneração Global fixa dos administradores no montante de até R\$ 14.231.000,00 incluindo benefícios.
2. Aprovação da Remuneração Global variável no montante de até R\$ 11.940.000,00.

As informações necessárias à devida análise da proposta da remuneração dos administradores encontram-se dispostas no **Anexo III** desta proposta, conforme estabelece o art. 12 da Instrução CVM 481/09.

Pojuca, 19/03/2021

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e não estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:

A. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.:

A política de remuneração da Ferbasa visa assegurar o alinhamento dos seus objetivos à produtividade e eficácia dos seus colaboradores, de todos os níveis, mantendo o equilíbrio interno e a competitividade em relação ao mercado.

Adicionalmente, ressaltamos que o sistema de remuneração é estruturado por critérios que consideram aspectos como: competência, grau de responsabilidade, disponibilidade, exclusividade e evolução da carreira na Companhia, tendo como referência os valores praticados pelo mercado.

A prática de remuneração utilizada pela Companhia é aplicada conforme descrito neste formulário. A política de remuneração da Companhia é aprovada anualmente pelo Conselho de Administração por delegação da Assembleia Geral.

B. Composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Conselho de Administração:

- **Honorários fixos mensais:** sendo treze parcelas ao ano. Todos os Conselheiros recebem remuneração fixa com o objetivo de reconhecer e refletir o valor do cargo, tanto internamente (empresa) como externamente (mercado).
- **Benefícios:** pacote composto por seguro de vida, assistência médica extensiva aos dependentes, bonificação de saída, check-up médico e plano de previdência privada (extensivo apenas aos membros com atuação exclusiva e (sss) oriundos de outras carreiras desenvolvidas na Companhia). Objetiva reconhecer e refletir o valor dos cargos estratégicos.
- **Remuneração variável de curto prazo:** definida pelo resultado alcançado nas metas globais e específicas, limitada em até 10% do lucro líquido, conforme estabelece o Estatuto Social e a Lei 6.404/76. Objetiva o reconhecimento das posições estratégicas, estimulando ações voltadas ao alcance e a superação de metas globais da empresa associadas ao planejamento estratégico.

Diretoria estatutária:

- **Honorários fixos mensais:** sendo treze parcelas ao ano; todos os diretores recebem remuneração fixa com o objetivo de reconhecer e refletir o valor do cargo, tanto internamente (empresa) como externamente (mercado).
- **Benefícios:** pacote de benefícios que inclui seguro de vida, previdência privada, bonificação de saída, plano de assistência médica extensiva aos dependentes e check-up executivo. Tem como

objetivo manter competitivo o pacote de contratação com benefícios da assistência social.

- **Remuneração variável de curto prazo:** definida pelo resultado alcançado nas metas globais e específicas, limitada em até 10% do lucro líquido, conforme estabelece o Estatuto Social e a Lei 6.404/76. Tem como objetivo premiar o alcance e superação de metas da empresa, área e individuais, alinhadas ao orçamento e planejamento estratégico.

Comitês:

- *Nenhum dos conselheiros recebe remuneração direta e relacionada à sua participação nos Comitês estabelecidos.*

Conselho Fiscal:

- *A política de remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia é estabelecida em conformidade com a legislação aplicável.*

(ii) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

2020	Remuneração fixa		Remuneração variável	TOTAL %
	Honorários	Benefícios		
Conselho de Administração	51,02%	3,06%	45,92%	100,00%
Diretoria Estatutária	67,08%	4,67%	28,25%	100,00%

2019	Remuneração fixa		Remuneração variável	TOTAL %
	Honorários	Benefícios		
Conselho de Administração	49,75%	3,05%	47,20%	100,00%
Diretoria Estatutária	68,51%	5,32%	26,17%	100,00%

2018	Remuneração fixa		Remuneração variável	TOTAL %
	Honorários	Benefícios		
Conselho de Administração	48,97%	5,16%	45,87%	100,00%
Diretoria Estatutária	49,63%	5,52%	44,85%	100,00%

Nota: - Considerado como base os valores anuais.

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

Em Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia é fixado o montante anual que será empregado na remuneração global de seus administradores.

No que tange às políticas de remuneração variável de curto prazo (PLR), os valores são reavaliados utilizando-se os parâmetros de reajuste da remuneração fixa, e os limites estabelecidos no Estatuto e previstos pela Lei das S.A.

Quanto aos benefícios, no tocante a previdência privada, os valores são reajustados de acordo com as regras contratuais do plano, que prevê a utilização de um índice para correção da inflação. Os demais são reavaliados de acordo com o mercado.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração.

A estratégia de remuneração da Ferbasa visa assegurar o alinhamento dos seus objetivos à produtividade e eficácia dos funcionários, a manutenção do equilíbrio interno e a competitividade em relação ao mercado, através de uma remuneração atrativa e coerente com as responsabilidades inerentes aos respectivos cargos.

(v) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

Todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia são remunerados.

C. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

- (i) Remuneração fixa e benefícios: *A remuneração está atrelada ao grau de responsabilidade do cargo, observando práticas de mercado e legislação vigente;*
- (ii) Remuneração variável: *Os indicadores de desempenho levados em consideração na determinação dos elementos da remuneração dos nossos administradores compreendem o alcance de metas globais (EBITDA ajustado e Receita Líquida) e individuais (com até seis indicadores para atingimento do plano estratégico), além de outros indicadores específicos das diversas diretorias da Companhia. A remuneração variável é baseada em metas quantitativas e formalmente contratada, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho da companhia. Sendo assim, os valores a serem pagos aos nossos administradores a título de participação nos resultados, dependem da evolução da companhia e do alcance de metas globais e individuais.*

D. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável é estruturada com base no percentual de atingimento das metas estabelecidas e no acompanhamento entre o previsto e o realizado, analisados anualmente entre a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração, com base nos indicadores e metas estabelecidos.

E. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

No curto prazo, a Companhia visa manter uma política de remuneração competitiva em relação ao mercado e equilibrada no âmbito interno, a fim de atrair e desenvolver talentos que lhe permitam atingir os seus objetivos estratégicos. No médio prazo, por meio do pagamento de remuneração variável atrelada aos indicadores de desempenho operacionais, globais e individuais, alinhados ao plano estratégico da Companhia. Para fortalecer o compromisso de longo prazo, busca convergência de interesse entre a Companhia e seus colaboradores.

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

F. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

G. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existem remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de qualquer evento societário envolvendo a empresa, tais como alienação do controle societário.

H. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração anual global dos administradores é analisada e fixada em Assembleia Geral, após proposta submetida pela Administração da Companhia. Cabe ao Conselho de Administração, determinar os honorários fixos e variáveis dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, observado o limite da remuneração global anual aprovada em assembleia geral, nos termos do artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

O Conselho de Administração é responsável pela definição da remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria a partir das atribuições e funções de cada cargo e em observância a padrões de mercado para profissionais com experiência semelhante em empresas dos setores em que a Companhia atua, conforme seu tamanho e relevância no mercado.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política

A avaliação do Conselho de Administração para adequação da Política de Remuneração é realizada e anualmente e os critérios adotados já estão descritos ao longo do item 13.1.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela conforme abaixo:

**Ferbasa****REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES | ANEXO III - 2020**

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

2021 (Previsão)				
A. órgão	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
B. número total de membros	8	7,75	3	18,75
C. número de membros remunerados	8	7,75	3	18,75
D. remuneração segregada em:				
i. remuneração fixa anual, segregada em:				
i.i salário ou pró-labore	6.400.000,00	6.401.000,00	500.000,00	13.301.000,00
i.ii benefícios diretos e indiretos	420.000,00	510.000,00		930.000,00
i.iii remuneração por participação em comitês				
i.iv outros				
ii remuneração variável, segregada em:				
ii.i bônus				
ii.ii participação nos resultados	5.940.000,00	6.000.000,00		11.940.000,00
ii.iii remuneração por participação em reuniões				
ii.iv comissões				
ii.v outros				
iii benefícios pós-emprego				
iv benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
v remuneração baseada em ações, incluindo opções				
E. valor , por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal				
F. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	12.760.000,00	12.911.000,00	500.000,00	26.171.000,00
O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/N.º 01/2017.			TOTAL	26.171.000,00

**Ferbasa****REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES | ANEXO III - 2020**

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

2020				
A. órgão	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
B. número total de membros	8	7,67	3	18,67
C. número de membros remunerados	8	7,67	3	18,67
D. remuneração segregada em:				
i. remuneração fixa anual, segregada em:				
i.i salário ou pró-labore	6.237.108,13	6.584.808,54	490.521,15	13.312.437,82
i.ii benefícios diretos e indiretos	373.721,77	457.622,49		831.344,26
i.iii remuneração por participação em comitês				
i.iv outros				
ii remuneração variável, segregada em:				
ii.i bônus				
ii.ii participação nos resultados	5.614.380,12	2.765.811,35		8.380.191,47
ii.iii remuneração por participação em reuniões				
ii.iv comissões				
ii.v outros				
iii benefícios pós-emprego				
iv benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
v remuneração baseada em ações, incluindo opções				
E. valor , por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal				
F. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	12.225.210,02	9.808.242,38	490.521,15	22.523.973,55
O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/N.º 01/2017.			TOTAL	22.523.973,55

2019				
A. órgão	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
B. número total de membros	8	8	3	19
C. número de membros remunerados	8	8	3	19
D. remuneração segregada em:				
i. remuneração fixa anual, segregada em:				
i.i salário ou pró-labore	5.918.082,73	6.239.114,56	480.788,10	12.637.985,39
i.ii benefícios diretos e indiretos	362.302,30	484.311,14		846.613,44
i.iii remuneração por participação em				



Ferbasa

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES | ANEXO III - 2020

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

	comitês				
i.iv	outros				
ii	remuneração variável, segregada em:				
ii.i	bônus				
ii.ii	participação nos resultados	5.500.000,00	5.071.000,00		10.571.000,00
ii.iii	remuneração por participação em reuniões				
ii.iv	comissões				
ii.v	outros				
iii	benefícios pós-emprego				
iv	benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
v	remuneração baseada em ações, incluindo opções				
E.	valor , por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal				
F.	total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	11.780.385,03	11.794.425,70	480.788,10	24.055.598,83
O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/N.º 01/2017.				TOTAL	24.055.598,83

2018				
A. órgão	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
B. número total de membros	7,75	7,42	3	18,17
C. número de membros remunerados	7,75	7,42	3	18,17
D. remuneração segregada em:				
i. remuneração fixa anual, segregada em:				
i.i salário ou pró-labore	5.013.501,41	5.588.233,35	454.350,21	11.056.084,97
i.ii benefícios diretos e indiretos	518.220,55	641.006,30		1.159.226,85
i.iii remuneração por participação em comitês				
i.iv outros				
ii remuneração variável, segregada em:				
ii.i bônus				
ii.ii participação nos resultados	4.607.194,95	5.365.098,24		9.972.293,19
ii.iii remuneração por participação em reuniões				
ii.iv comissões				
ii.v outros				
iii benefícios pós-emprego				
iv benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
v remuneração baseada em ações, incluindo opções				



Ferbasa

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES | ANEXO III - 2020

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

E.	valor , por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal				
F.	total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	10.138.916,91	11.594.337,89	454.350,21	22.187.605,01
O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/N.º 01/2017.				TOTAL	22.187.605,01

- 13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2021)				
A. órgão	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
B. número total de membros	8	7,75	3	18,75
C. número de membros remunerados				
D. em relação ao bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração				
ii valor máximo previsto no plano de remuneração				
iii remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas				
iv valor efetivamente reconhecido no resultado				
E em relação à participação no resultado:	5.940.000,00	6.000.000,00		11.940.000,00
i Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
ii Valor máximo previsto no plano de remuneração				
iii remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas				
iv valor efetivamente reconhecido no resultado				
TOTAL	5.940.000,00	6.000.000,00		11.940.000,00

**Ferbasa****REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES | ANEXO III - 2020**

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

Remuneração variável do exercício encerrado em 31/12/2020				
A. órgão	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
B. número total de membros	8	7,67	3	18,67
C. número de membros remunerados				
D. em relação ao bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração				
ii valor máximo previsto no plano de remuneração				
iii remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas				
iv valor efetivamente reconhecido no resultado				
E em relação à participação no resultado:	5.614.380,12	2.765.811,35		8.380.191,47
i Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
ii Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de				
iii remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas				
iv valor efetivamente reconhecido no resultado				
TOTAL	5.614.380,12	2.765.811,35		8.380.191,47

Remuneração variável do exercício encerrado em 31/12/2019				
A. órgão	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
B. número total de membros	8	8	3	19
C. número de membros remunerados				
D. em relação ao bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração				
ii valor máximo previsto no plano de remuneração				
valor previsto no plano de				
iii remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas				
iv valor efetivamente reconhecido no resultado				

**Ferbasa****REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES | ANEXO III - 2020**

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

E	em relação à participação no resultado:				
i	Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
ii	Valor máximo previsto no plano de remuneração				
iii	Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	5.500.000,00	5.071.000,00		10.571.000,00
iv	valor efetivamente reconhecido no resultado				
TOTAL		5.500.000,00	5.071.000,00		10.571.000,00

Remuneração variável do exercício encerrado em 31/12/2018

A. órgão	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
B. número total de membros	7,75	7,67	3	18,42
C. número de membros remunerados				
D. em relação ao bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração				
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração				
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas				
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado				
E. em relação à participação no resultado:				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração				
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	4.607.194,95	5.365.098,24		9.972.293,19
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado				
TOTAL	4.607.194,95	5.365.098,24		9.972.293,19

**Ferbasa****REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES | ANEXO III - 2020**

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

Remuneração variável do exercício encerrado em 31/12/2017				
A. órgão	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
B. número total de membros	7	7	3	17
C. número de membros remunerados	7	7	3	17
D. em relação ao bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração				
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração				
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas				
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado				
E. em relação à participação no resultado:				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração				
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	3.500.733,94	4.104.591,27		7.605.325,21
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado				
TOTAL	3.500.733,94	4.104.591,27		7.605.325,21

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A nossa política não prevê remuneração baseada em ações. Em virtude disso todas as questões vinculadas a este item foram respondidas com "Não se aplica".

A. termos e condições gerais	Não se aplica
B. principais objetivos do plano	Não se aplica
C. forma como o plano contribui para esses objetivos	Não se aplica
D. como o plano se insere na política de remuneração do emissor	Não se aplica
E. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo	Não se aplica
F. número máximo de ações abrangidas	Não se aplica
G. número máximo de opções a serem outorgadas	Não se aplica
H. condições de aquisição de ações	Não se aplica
I. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício	Não se aplica
J. critérios para fixação do prazo de exercício	Não se aplica
K. forma de liquidação	Não se aplica
L. restrições à transferência das ações	Não se aplica

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

M.	critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano	Não se aplica
N.	efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações	Não se aplica

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A nossa política não prevê remuneração baseada em ações, razão pela qual todas as questões vinculadas a este item foram respondidas com “Não se aplica”.

A.	ORGÃO	Conselho de Administração	Diretoria
B.	número total de membros		
C.	número de membros remunerados		
D.	em relação a cada outorga de opções de compra de ações:		
i.	data de outorga	Não se aplica	Não se aplica
ii.	quantidade de opções outorgadas	Não se aplica	Não se aplica
iii.	prazo para que as opções se tornem exercíveis	Não se aplica	Não se aplica
iv.	prazo máximo para exercício das opções	Não se aplica	Não se aplica
v.	prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica
vi.	preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:		
	• em aberto no início do exercício social	Não se aplica	Não se aplica
	• perdas durante o exercício social	Não se aplica	Não se aplica
	• exercidas durante o exercício social	Não se aplica	Não se aplica
	• expiradas durante o exercício social	Não se aplica	Não se aplica
E.	valor justo das opções na data de cada outorga	Não se aplica	Não se aplica
F.	diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	Não se aplica	Não se aplica

13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A nossa política não prevê remuneração baseada em ações, razão pela qual todas as questões vinculadas a este item foram respondidas com “Não se aplica”.

A.	ORGÃO	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
B.	número de membros		
C.	número de membros remunerados		
D.	em relação às opções ainda não exercíveis		
i.	quantidade	Não se aplica	Não se aplica

**Ferbasa****REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES | ANEXO III - 2020**

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

ii.	data em que se tornarão exercíveis	Não se aplica	Não se aplica
iii.	prazo máximo para exercício das opções	Não se aplica	Não se aplica
iv.	prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica
v.	preço médio ponderado de exercício	Não se aplica	Não se aplica
vi.	valor justo das opções no último dia do exercício social	Não se aplica	Não se aplica
E.	em relação às opções exercíveis		
i.	quantidade	Não se aplica	Não se aplica
ii.	prazo máximo para exercício das opções	Não se aplica	Não se aplica
iii.	prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica
iv.	preço médio ponderado de exercício	Não se aplica	Não se aplica
v.	valor justo das opções no último dia do exercício social	Não se aplica	Não se aplica
vi.	valor justo do total das opções no último dia do exercício social	Não se aplica	Não se aplica

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A nossa política não prevê remuneração baseada em ações, razão pela qual todas as questões vinculadas a este item foram respondidas com “Não se aplica”.

A.	ORGÃO	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
B.	número de membros		
C.	número de membros remunerados		
D.	em relação às opções exercidas informar:		
i.	número de ações	Não se aplica	Não se aplica
ii.	preço médio ponderado de exercício	Não se aplica	Não se aplica
iii.	valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não se aplica	Não se aplica
E.	em relação às ações entregues informar:		
i.	número de ações	Não se aplica	Não se aplica
ii.	preço médio ponderado de aquisição	Não se aplica	Não se aplica
iii.	valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	Não se aplica	Não se aplica

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo.

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

A nossa política não prevê remuneração baseada em ações, razão pela qual todas as questões vinculadas a este item foram respondidas com "Não se aplica".

A.	modelo de precificação	Não se aplica
B.	dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco	Não se aplica
C.	método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado	Não se aplica
D.	forma de determinação da volatilidade esperada	Não se aplica
E.	se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo	Não se aplica

- 13.9** Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Acionistas – 31/12/2020	ON	PN
Conselho de Administração	616	115.600
Diretoria Executiva	-	9.500
Conselho Fiscal	-	-
Total	616	125.100

- 13.10** Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários, fornecer as seguintes informações:

A. órgão	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA
B. número de membros	5	8
C. número de membros remunerados		
D. nome do plano	Brasilprev	Brasilprev
E. quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	-	-
F. condições para se aposentar antecipadamente	N/A	*É exigido tempo mínimo de permanência no plano e idade mínima p/ aposentadoria
G. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	3.839.718,27	5.523.961,59

H. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	342.908,87	423.501,24
I. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Resgate só permitido após o desligamento	Resgate só permitido após o desligamento

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

A. Órgão	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018	2020	2019	2018
B. número de membros	7,75	7,67	7,67	8	8	7,75	3	3	3
C. número de membros remunerados	7,75	7,67	7,67	8	8	7,75	3	3	3
D. Valor da maior remuneração individual	1.398.343,27	1.685.527,47	1.705.803,00	1.745.029,99	1.745.029,99	1.467.153,00	160.262,70	160.262,70	141.479,62
E. Valor da menor remuneração individual	1.277.315,32	1.430.964,91	1.413.482,58	952.049,09	952.049,09	796.094,51	160.262,70	160.262,70	141.479,62
F. Valor médio da remuneração individual	1.293.247,12	1.463.619,66	1.451.611,33	1.427.260,34	1.427.260,34	1.229.035,47	160.262,70	160.262,70	141.479,62

Obs.: Valores referentes aos honorários fixos.

Observação	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
31/12/2020	O cálculo do número de membros da Diretoria Executiva é efetuado de forma a refletir a média do número de membros apurada mensalmente.	O cálculo do número de membros da Diretoria Executiva é efetuado de forma a refletir a média do número de membros apurada mensalmente.	O cálculo do número de membros da Diretoria Executiva é efetuado de forma a refletir a média do número de membros apurada mensalmente.
31/12/2019			
31/12/2018			

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Conforme previsão da cláusula 3.3.5 constante dos Contratos de Prestação de Serviços celebrados entre a Companhia e os membros da Diretoria e do Conselho de Administração, em caso de destituição do cargo ou aposentadoria, será devido, a título de benefício, o pagamento de bônus pecuniário calculado com base no tempo de permanência no cargo.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Remuneração Total	2020	2019	2018
Conselho de Administração	62,50%	62,50%	64,76%
Diretoria	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho Fiscal	33,3%	33,3%	33,3%

- 13.14** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não existem remunerações ou quaisquer valores reconhecidos no resultado da Companhia referentes à remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria, por qualquer razão "que não" a função que ocupam.

- 13.15** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e/ou de controladas da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia.

- 13.16** Outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não existem outras informações relevantes relativas a este item 13 que não tenham sido consideradas acima.

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia -Ferbasa
Conforme Anexo24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES – ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E O RESULTADO OPERACIONAL.

10.1. Comentários dos Diretores sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais.

A Diretoria considera que as atuais condições financeiras e patrimoniais são favoráveis e tornam a Companhia apta a cumprir com suas obrigações de curto, médio prazos e longo prazo. Essa afirmativa é baseada, principalmente, nos seguintes aspectos:

- ✓ Geração de lucros de forma consistente;
- ✓ Forte geração operacional de caixa;
- ✓ Estrutura de capital constituída predominantemente por recursos próprios;
- ✓ Volume inexpressivo de inadimplência.

b) Estrutura de capital.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem bem abaixo do praticado pelas demais empresas de Mineração, Siderurgia e Metalurgia.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A FERBASA possui estrutura de capital fundamentalmente constituída por recursos próprios de seus acionistas. A Ferbasa encerrou o ano com uma dívida líquida consolidada de R\$ 122,1 milhões (R\$ 203,0 milhões referente à dívida líquida da BWG e R\$ 80,9 milhões referente ao caixa líquido da FERBASA), ante uma dívida líquida de R\$ 256,8 milhões em 2019. A redução de 52,5% na dívida líquida consolidada foi ocasionada, principalmente, pela geração de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras da ordem de R\$ 168,4 milhões durante o ano de 2020.

Em 2020, a Companhia captou R\$ 188,6 milhões, sendo (+) R\$ 101,9 milhões referente a adiantamentos de contrato de câmbio ACC (variação cambial + 3,37% a.a. em média e vencimento até março de 2021), como medida protetiva de caixa por conta do surgimento da pandemia; (+) R\$ 50,0 milhões referente à Cédula de Crédito Bancário CCB (CDI + 3,58% a.a. e vencimento em 2025), para financiamento dos investimentos do ano e (+) R\$ 36,7 milhões referente à Nota de Crédito à Exportação NCE (CDI + 1,9% a.a. e vencimento em 2021), para capital de giro. Adicionalmente foram amortizados, durante o ano de 2020, (-) R\$ 156,2 milhões (com destaques para os R\$ 25,8 milhões referentes à dívida da BWG junto ao BNDES, e R\$ 27,4 milhões referentes à dívida da FERBASA pela aquisição do parque eólico).

A Companhia tem o direcionamento de manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto que o excedente é investido em aplicações financeiras com maiores prazos de vencimento. Os únicos passivos financeiros da Companhia com prazo de vencimento superior a 1 ano, e com liquidação em caixa, são os empréstimos e financiamentos.

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia -Ferbasa
 Conforme Anexo24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados.

Fontes de capital de giro gerados pelas suas próprias operações e recursos próprios provenientes de reservas de retenção de lucros (reservas para investimentos e reservas de incentivos fiscais), que geram o Orçamento de Capital e uma parcela de capital de terceiro, ambos submetidos à aprovação em AGO.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Não aplicável.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

No final do exercício de 2020, existem obrigações decorrentes de financiamento, no valor de R\$ 245,8 milhões (R\$ 186,1 milhões, em 31/12/2019) na controladora e R\$ 533,6 milhões (R\$ 499,8 milhões em 31/12/2019) no consolidado, sendo R\$ 4,9 milhões referentes a custo de captação, totalizando o saldo líquido de R\$ 528,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 494,4 milhões em 31/12/2019):

Modalidade	Vencimentos	Encargos (a.a.)	Amortização	Garantias	Controladora	Consolidado
FINAME	2021 a 2024	TJLP + 3,5% a 3,9%.	Mensal	Alienação fiduciária (i)	4.779	4.779
FINEM	2022 a 2025	TJLP + 1,52% a 2,26%	Mensal	Hipoteca de terreno (i)	22.156	22.156
FINEM	2032	TJLP + 2,65%	Mensal	Vide (ii)	-	287.792
				Subtotal TJLP	26.935	314.727
NCE	2024	CDI + 0,70%	Anual	Histórico de Exportação	110.349	110.349
NCE	2021	CDI + 1,90%	Anual	Histórico de Exportação	27.599	27.599
CCB	2024	CDI + 3,58%	Anual	Clean	51.617	51.617
				Subtotal CDI	189.565	189.565
FINAME	2022 a 2024	2,5% a 6%	Mensal	Alienação fiduciária	4.185	4.185
ACC	2021	Variação Cambial + 3,12%	Anual	Histórico de Exportação (iii)	25.135	25.135
				Subtotal demais financiamentos	29.320	29.320
				Subtotal	245.820	533.612
				(-) Custo de captação	-	(4.953)
				Total	245.820	528.659

(i) Trata-se de capital de terceiros de longo prazo para aplicação em investimentos na área florestal e para aquisições de máquinas e equipamentos alocados na metalurgia e mineração.

(ii) Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) captado pela controlada BW Guirapá e suas controladas em 6 de outubro de 2015 para financiamento da construção dos parques eólicos.

(iii) Refere-se a Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) no montante de U\$ 4.750 de principal e U\$ 86 de juros, totalizando U\$ 4.836 com vencimento para março de 2021.

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia -Ferbasa

Conforme Anexo24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2022	45.835	71.201
2023	43.502	68.868
2024	42.697	68.063
2025	9.177	34.543
2026 em diante	-	153.255
Total	141.211	395.930

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Não aplicável.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas;

Não aplicável.

iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Cláusulas contratuais restritivas – “covenants”

A Companhia possui financiamentos os quais incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de “performance” de índices anuais, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos “covenants”.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Ferbasa atendeu o índice exigido nos contratos de financiamento (Finame) em que a razão entre dívida financeira líquida e o EBTIDA, consolidados, deverá ser menor ou igual a 2,5x durante todo o período de vigência dos contratos.

Especificamente à BW Guirapá e às Centrais Eólicas, é exigido manter, durante toda a vigência do contrato de financiamento do BNDES, o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) anual consolidado igual ou maior que 1,30, o qual foi atendido em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019. Além disso, têm como obrigações relevantes, cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Essas cláusulas foram atendidas em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados.

Financiamentos contratados	Percentual utilizado	Valor utilizado
721,0 milhões	98,2%	708,3 milhões

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Resumo das Demonstrações Financeiras

De acordo com a Administração, as demonstrações financeiras anuais, abaixo referidas, refletem a correta

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia -Ferbasa

Conforme Anexo24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

apresentação da posição patrimonial, financeira e de resultado de nossas operações para os referidos exercícios.

Apresentação das informações contábeis

A leitura e análise das demonstrações e demais informações contábeis a elas referenciadas, incluídas neste documento, devem considerar os seguintes aspectos quanto à elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de certos ativos imobilizados na data de transição para o CPC/IFRS, exceto para certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos de proteção cambial) e ativos biológicos que são mensurados ao valor justo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 5 das Demonstrações Financeiras de 2020.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), com observância às disposições contidas na CVM. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas atendem, também, às normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Considerando que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

O relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) referentes aos exercícios findos em 2020, 2019 e 2018, inclui parágrafo de “Outros Assuntos” sobre o fato de que, as demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia -Ferbasa

Conforme Anexo24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores há 03 meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia possui com bancos, emissores de primeira linha, fundos exclusivos de investimento, em linha com a sua Política de Gestão de Riscos e Gestão Financeira, classificados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no ativo circulante e não circulante. A titularidade destes fundos é da Companhia e a rentabilidade da carteira encontra-se inclusa nas notas explicativas nº 10 e 11 das Demonstrações Financeiras de 2020.

(b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal de suas atividades, acrescidas de variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira. Os prazos de recebimentos são de, no máximo, 33 dias. São, portanto, apresentadas no ativo circulante e reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado.

As perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”) são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras, (ii) Instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, nas não apresentam evidência objetiva de impairment, e; (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de impairment em 31 de dezembro 2020.

As PECLD foram constituídas em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

(c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

O custo da madeira transferida dos ativos biológicos é o seu valor justo acrescido dos gastos com colheita e fretes.

Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de perdas esperadas constituídas para cobrir eventuais perdas prováveis identificadas ou estimadas pela Administração.

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia -Ferbasa
Conforme Anexo24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009
(d) Adiantamento a fornecedores de energia elétrica

Os adiantamentos para esses fornecedores correspondem às antecipações por condições contratuais para garantia futura de entrega de energia. Os mesmos são classificados no ativo circulante ou não circulante, a depender do prazo de compensação, definidos em contratos previamente negociados. São inicialmente reconhecidos ao custo amortizado.

(e) Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto, as quais são destinadas à produção de biorredutor, utilizado como insumo básico na produção de ferroligas, além de venda de madeira não consumida para terceiros. O processo de colheita tem um ciclo aproximado de 07 (sete) anos, podendo variar a partir da cultura e material genético ao qual se refere. Os ativos biológicos são mensurados a valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras de 2020.

A avaliação destes ativos é feita anualmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado denominada “Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos”. O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pelo volume de madeira cortada, avaliada por seu valor justo.

(f) Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção e custo atribuído deduzidos de depreciação acumulada.

A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação).

A exaustão das minas é calculada pela taxa correspondente à relação entre a quantidade de minério exaurido e a reserva lavrável estimada.

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "Outras receitas (despesas) operacionais".

Imobilizações em andamento, para fins de fornecimento de produtos ou serviços são registradas ao valor de custo.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia -Ferbasa
Conforme Anexo24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

(g) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Direito de uso em arrendamento

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Arrendamentos a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

(h) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de impairment em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para impairment.

Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). A Companhia realizou teste formal de impairment na BW Guirapá e não identificou necessidade de provisão. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não foi identificado impairment para ativos não financeiros.

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia -Ferbasa
Conforme Anexo24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

(i) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes por serem devidas em até 01 ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(j) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida com base na legislação societária brasileira e no estatuto social da Companhia. No encerramento do balanço, o valor do dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo circulante na conta “dividendos e juros sobre capital próprio” por ser considerado como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. A parcela dos dividendos que exceder ao mínimo obrigatório é apresentada na rubrica “dividendo adicional proposto”, no grupo “reservas de lucros” no patrimônio líquido. Uma vez aprovada pela assembleia geral, essa parcela é transferida para o passivo circulante.

A Companhia poderá antecipar aos seus acionistas, com base na legislação societária vigente e no seu Estatuto Social, os pagamentos de juros sobre o capital e/ou dividendos.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

(k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é individualmente calculada pela Companhia e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no final do exercício, considerando-se os benefícios fiscais concedidos pela SUDENE. A parcela de redução do imposto de renda correspondente a incentivos fiscais é reconhecida no resultado, mas transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros no encerramento do exercício por não poder ser distribuída aos acionistas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos somente são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas, com base em projeções elaboradas e fundamentadas por premissas internas. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos, e os valores contabilizados e as projeções são periodicamente revisados.

(l) Provisões

As provisões para fechamento da mina, desmobilização e para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, ainda que não formalizada, como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia -Ferbasa
Conforme Anexo24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A provisão para recuperação ambiental compreende os gastos representativos de fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo, sendo amortizado pelo período de sua vida útil. As provisões para contingências são reconhecidas no resultado do exercício.

(m) Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

(n) Benefícios a empregados

(i) Benefício pós-emprego

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a plano de pensão de administração privada em bases contratuais ou voluntárias. A partir do cessamento das contribuições e prazos pactuados, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais.

A Companhia oferece benefício pós-emprego a funcionários por tempo de serviço prestado. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, estimando quantos empregados irão atingir este direito e descontando-se o montante a valor presente.

(ii) Benefício de assistência médica aposentadoria

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, em conformidade com os preceitos legais atinentes ao tema. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando-se a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários qualificados e independentes.

(iii) Prêmio de aposentadoria e multa FGTS – Acordos coletivos

Conforme acordos e convenções da Companhia, o empregado ao se aposentar na empresa, por invalidez, por tempo de serviço ou por velhice, fará jus a um prêmio no valor de 10% (dez por cento) do salário nominal para cada ano de serviço, limitado a 01 (um) salário nominal. Adicionalmente, o empregado optante pelo FGTS, ao ser aposentado em definitivo, e não permanecendo na Companhia na ocasião do desligamento, fará jus às verbas indenizatórias a que tem direito como se fosse desligado por

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia -Ferbasa
Conforme Anexo24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

conveniência da mesma. Para fazer jus a esses benefícios, o tempo de serviço prestado necessita ser superior a 05 (cinco) anos (Metalurgia) e de 08 (oito) anos (Mineração).

(o) Participações nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada. , o que corresponde a um máximo de 10 (dez) anos do empregado na mesma empresa.

(p) Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Quando a Companhia compra suas ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), são deduzidos do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

(q) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações dos arrendamentos entre Companhias controladas. Também é reconhecido na linha de receita de vendas o resultado do incentivo fiscal do ICMS DESENVOLVE. Sobre este resultado não há incidência de PIS e COFINS. As controladas reconhecem a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e suas controladas; (iii) quando a Companhia transfere ao comprador o controle relacionado à propriedade dos produtos, ou seja, quando da efetiva entrega dos produtos; e (iv) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia e de suas controladas.

(r) Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é representado pelo Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

(s) Subvenções governamentais

A Companhia possui subvenção governamental denominada de "ICMS - DESENVOLVE", reconhecida sistematicamente no resultado quando da sua apuração.

Os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia -Ferbasa
Conforme Anexo24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

Bahia (ICMS DESENVOLVE), com a finalidade de expansão do processo industrial, objetivando o aumento da produção de ferroligas, estão pautados nos seguintes termos:

- (i) Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas importações e nas aquisições produzidas neste Estado, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação;
- (ii) Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas aquisições em outra unidade da Federação relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação;
- (iii) Dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme estabelecido na Classe I, da Tabela I, anexa ao Regulamento do ICMS DESENVOLVE;
- (iv) Parcela do saldo devedor mensal do ICMS passível do incentivo, em o que exceder a R\$3.414, corrigido anualmente pelo IGPM;
- (v) Concessão do prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contados a partir da utilização da Resolução Concessiva nº 59/2015 do DOE, de 12 de maio de 2015;
- (vi) Sobre cada parcela do ICMS com prazo dilatado, incidirá taxa de juros de 80% (oitenta pontos percentuais) da TJLP ao ano ou outra que venha substituí-la, de acordo com a Tabela II, anexa ao Regulamento do ICMS DESENVOLVE;
- (vii) No que tange à dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses, ocorrendo a antecipação do recolhimento da parcela com prazo dilatado, a Companhia terá como benefício um desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação, devendo recolher os 10% (dez por cento) restantes a título de ICMS. A parcela do desconto está sendo registrada na rubrica “Receita líquida de vendas”;
- (viii) A Lei 13.564, de 20 de junho de 2016, estabeleceu a obrigatoriedade de depósito, em favor do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pela Lei nº 7.988, de 21 de dezembro de 2001, do valor correspondente a 10% (dez por cento) inerente ao respectivo incentivo ou benefício, sob pena de perda deste, em caso de descumprimento. O Estado da Bahia regulamentou através do Decreto nº 16.970 de 19 de agosto de 2016, os procedimentos a serem adotados no cálculo e recolhimento do valor do depósito. A Companhia cumpre as determinações previstas na legislação em vigor.

(r) Consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, bem como de fundos exclusivos mensurados de acordo com os critérios divulgados na nota explicativa nº 6 das Demonstrações Financeiras de 2020. A divulgação acerca dos percentuais de participação da Companhia em cada uma de suas controladas encontra-se divulgado na nota explicativa nº 18 das Demonstrações Financeiras de 2020. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e das contas de resultado correspondentes a transações realizadas com empresas controladas são eliminados, bem como, os ganhos e perdas não realizados e os investimentos nessas controladas e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia -Ferbasa
Conforme Anexo24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

Demonstrações do Resultado, Balanços Patrimoniais e Demais Informações Financeiras

Seguem abaixo as demonstrações de resultados, nossos balanços patrimoniais e demais informações financeiras consolidadas para os exercícios indicados, preparadas de acordo com a legislação vigente:

Demonstração do resultado consolidado para os exercícios indicados (em milhares de reais).

	Consolidado						Variação	
	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2018		20120/2019	2019/2018
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	1.622.019	100,0%	1.279.550	100,0%	1.381.056	100,0%	-7,3%	-7,3%
Custo dos produtos vendidos	(1.224.333)	-75,5%	(1.063.051)	-83,1%	(920.601)	-66,7%	15,5%	15,5%
Variação do valor justo dos ativos biológicos	46.211	2,8%	41.983	3,3%	22.266	1,6%	88,6%	88,6%
LUCRO BRUTO	<u>443.897</u>	27,4%	<u>258.482</u>	20,2%	<u>482.721</u>	35,0%	-46,5%	-46,5%
DESPESAS OPERACIONAIS								
Com vendas	(20.139)	-1,2%	(13.693)	-1,1%	(10.884)	-0,8%	25,8%	25,8%
Gerais e administrativas	(109.082)	-6,7%	(127.411)	-10,0%	(135.923)	-9,8%	-6,3%	-6,3%
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(35.779)</u>	-2,2%	<u>61.864</u>	4,8%	<u>39.660</u>	2,9%	56,0%	56,0%
	<u>(165.000)</u>	-10,2%	<u>(79.240)</u>	-6,2%	<u>(107.147)</u>	-7,8%	-26,0%	-26,0%
Equivalência patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
LUCRO OPERACIONAL	<u>278.897</u>	17,2%	<u>179.242</u>	14,0%	<u>375.574</u>	27,2%	-52,3%	-52,3%
RESULTADO FINANCEIRO								
Receitas financeiras	66.690	4,1%	143.160	11,2%	48.920	3,5%	192,6%	192,6%
Despesas financeiras	<u>(273.722)</u>	-16,9%	<u>(67.022)</u>	-5,2%	<u>(74.594)</u>	-5,4%	-10,2%	-10,2%
	<u>(207.032)</u>	12,8%	<u>76.138</u>	6,0%	<u>(25.674)</u>	-	-396,6%	-396,6%
						1,9%		
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	<u>71.865</u>	4,4%	<u>255.380</u>	20,0%	<u>349.900</u>	25,3%	-27,0%	-27,0%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL								
Isenção e redução	6.263	0,4%	31.980	2,5%	50.634	3,7%	-36,8%	-36,8%
Correntes	(11.326)	-0,7%	(47.543)	-3,7%	(81.085)	-5,9%	-41,4%	-41,4%
Diferidos	<u>3.212</u>	0,2%	<u>(18.284)</u>	-1,4%	<u>(10.261)</u>	-0,7%	78,2%	78,2%
	<u>(1.851)</u>	-0,1%	<u>(33.847)</u>	-2,6%	<u>(40.712)</u>	-2,9%	-16,9%	-16,9%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>70.014</u>	4,3%	<u>221.533</u>	17,3%	<u>309.188</u>	22,4%	-28,4%	-28,4%
Lucro atribuído aos acionistas controladores	<u>69.772</u>	4,3%	<u>221.176</u>	17,3%	<u>308.799</u>	22,4%	-28,4%	-28,4%
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	<u>242</u>	0,0%	<u>357</u>	0,0%	<u>389</u>	0,0%	-8,2%	-8,2%
LUCRO BÁSICO/DILUÍDO POR AÇÃO ON - R\$	<u>0,7695</u>		<u>2,4394</u>		<u>3,4059</u>			
LUCRO BÁSICO/DILUÍDO POR AÇÃO PN - R\$	<u>0,8465</u>		<u>2,6834</u>		<u>3,7465</u>			

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia -Ferbasa
Conforme Anexo24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

Balanços Patrimoniais levantados em 2020, 2019 e 2018

As tabelas abaixo apresentam um resumo dos Balanços Patrimoniais consolidados, bem como as variações ocorridas nos períodos apresentados:

ATIVO	Consolidado						Variação	
	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2018		2020/2019	2019/2018
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	90.497	3,2%	73.721	2,7%	182.113	6,8%	22,8%	-59,5%
Aplicações financeiras	191.837	6,8%	100.633	3,7%	110.132	4,1%	90,6%	-8,6%
Contas a receber de clientes	154.729	5,5%	97.445	3,5%	135.943	5,1%	58,8%	-28,3%
Estoques	285.987	10,2%	338.357	12,3%	313.126	11,8%	-15,5%	8,1%
Tributos a recuperar	30.073	1,1%	52.389	1,9%	18.506	0,7%	-42,6%	183,1%
Despesas antecipadas	452	0,0%	2.564	0,1%	3.272	0,1%	-82,4%	-21,6%
Adiantamentos a fornecedores	11.856	0,4%	14.292	0,5%	13.356	0,5%	-17,0%	7,0%
Instrumentos financeiros de proteção cambial	-	0,0%	1.742	0,1%	25.087	0,9%	-100,0%	-93,1%
Outros ativos	9.312	0,3%	12.610	0,5%	8.873	0,3%	-26,2%	42,1%
Total do ativo circulante	774.743	27,5%	693.753	25,3%	810.408	30,5%	11,7%	-14,4%
NÃO CIRCULANTE								
Adiantamento a fornecedores	4.993	0,2%	16.530	0,6%	30.697	1,2%	-69,8%	-46,2%
Impostos diferidos	14.637	0,5%	-	0,0%	-	0,0%	100,0%	-
Aplicações financeiras	129.076	4,6%	68.649	2,5%	78.930	3,0%	88,0%	-13,0%
Estoques	4.542	0,2%	380	0,0%	377	0,0%	1.095,3%	0,8%
Tributos a recuperar	165.051	5,9%	177.324	6,5%	5.422	0,2%	-6,9%	3170,5%
Depósitos judiciais	43.152	1,5%	40.844	1,5%	12.041	0,5%	5,7%	239,2%
Instrumentos financeiros de proteção cambial	-	0,0%	1.594	0,1%	-	0,0%	-100,0%	-
Outros créditos	708	0,0%	735	0,0%	545	0,0%	-3,7%	34,9%
	362.159	12,9%	306.056	11,1%	128.012	4,8%	18,3%	139,1%
Investimentos	124	0,0%	124	0,0%	124	0,0%	0,0%	0,0%
Imobilizado e intangível	1.444.936	51,3%	1.511.799	55,0%	1.521.958	57,2%	-4,4%	-0,7%
Direito de uso em arrendamento	42.003	1,5%	49.552	1,8%	-	-	-	-
Ativo biológico	193.222	6,9%	185.160	6,7%	199.408	7,5%	4,4%	-7,1%
	1.680.285	59,6%	1.746.635	63,6%	1.721.490	64,7%	-3,8%	1,5%
Total do ativo não circulante	2.042.444	72,5%	2.052.691	74,7%	1.849.502	69,5%	-0,5%	11,0%
TOTAL DO ATIVO	2.817.187	100,0%	2.746.444	100,0%	2.659.910	100,0%	2,6%	3,3%

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Consolidado						Variação	
	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2018		2020/2019	2019/2018
CIRCULANTE								
Fornecedores	73.890	2,6%	69.298	2,5%	61.084	2,3%	6,6%	13,4%
Empréstimos e financiamentos	132.729	4,7%	71.920	2,6%	44.071	1,7%	84,6%	63,2%
Instrumentos financeiros de proteção cambial	73.080	2,6%	-		-		100,0%	0,0%
Obrigações com aquisição de controlada	-	0,0%	-	0,0%	39.554	1,5%	0,0%	-100,0%
Obrigações trabalhistas e atuariais	47.805	1,7%	62.273	2,3%	75.131	2,8%	-23,2%	-17,1%
Impostos e contribuições sociais	15.483	0,5%	10.787	0,4%	22.968	0,9%	43,5%	-53,0%
Conta ressarcimento CCEE	19.335	0,7%	3.343	0,1%	1.002	0,0%	478,4%	233,6%
Provisão para passivo ambiental	-	0,0%	579	0,0%	1.656	0,1%	-100,0%	-65,0%
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	32.884	1,2%	5.308	0,2%	8.454	0,3%	519,5%	-37,2%
Arrendamentos a pagar	21.188	0,8%	21.179	0,8%	-	0,0%	0,0%	-100,0%
Outros passivos	7.845	0,3%	11.364	0,4%	6.153	0,2%	-31,0%	84,7%
Total do passivo circulante	424.239	15,1%	256.051	9,3%	260.073	9,8%	65,7%	-1,5%
NÃO CIRCULANTE								
Empréstimos e financiamentos	395.930	14,1%	422.477	15,4%	352.744	13,3%	-6,3%	19,8%
Instrumentos financeiros de proteção cambial	14.687	0,5%	-	0,0%	-	0,0%	100,0%	0,0%
Obrigações com aquisição de controlada	4.978	0,2%	7.262	0,3%	137.182	5,2%	-31,5%	-94,7%
Obrigações trabalhistas e atuariais	94.928	3,4%	86.723	3,2%	67.586	2,5%	9,5%	28,3%
Impostos e contribuições sociais	87	0,0%	87	0,0%	87	0,0%	0,0%	0,0%
Impostos diferidos	-	0,0%	19.565	0,7%	12.210	0,5%	-100,0%	60,2%
Conta ressarcimento CCEE	12.247	0,4%	5.447	0,2%	8.334	0,3%	124,8%	-34,6%
Provisões para contingências	55.464	2,0%	60.553	2,2%	51.445	1,9%	-8,4%	17,7%
Provisão para passivo ambiental	22.848	0,8%	22.889	0,8%	21.134	0,8%	0,2%	8,3%
Arrendamentos a pagar	19.954	0,7%	27.217	1,0%	-	0,0%		
Total do passivo não circulante	621.123	22,0%	652.220	23,7%	650.722	24,5%	-4,8%	0,2%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	1.225.444	43,5%	1.225.444	44,6%	1.225.444	46,1%	0,0%	0,0%
Reservas de lucros	602.490	21,4%	608.864	22,2%	498.861	18,8%	-1,0%	22,1%
Ajustes de avaliação patrimonial	(36.605)	-1,3%	23.553	0,9%	44.770	1,7%	-255,4%	-47,4%
Ações em tesouraria	(25.754)	-0,9%	(25.754)	-0,9%	(25.754)	-1,0%	0,0%	0,0%
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	1.765.575	62,7%	1.832.107	66,7%	1.743.321	65,5%	-3,6%	5,1%
Participação dos acionistas não controladores	6.250	0,2%	6.066	0,2%	5.794	0,2%		
Total do patrimônio líquido	1.771.825	62,9%	1.838.173	66,9%	1.749.115	65,8%	-3,6%	5,1%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.817.187	100,0%	2.746.444	100,0%	2.659.910	100,0%	2,6%	3,3%

Comparação dos resultados operacionais e financeiros nos exercícios sociais findos em 2020 e 2019.

Na tabela abaixo, ilustramos os principais destaques do exercício 2020, em comparação ao ano anterior:

<i>Em milhões de reais - Consolidado</i>	2020	2019	Δ%
Dólar médio praticado	5,11	3,93	30,0%
Receita líquida	1.622,0	1.279,5	26,8%
Custo de produtos vendidos	1.224,3	1.063,0	15,2%
<i>Custo sobre receita</i>	<i>75,5%</i>	<i>83,1%</i>	
EBITDA Ajustado	406,8	241,7	68,3%
Margem EBITDA	25,1%	18,9%	
Lucro (Prejuízo) Líquido	70,0	221,5	-68,4%
<i>Margem de lucro (prejuízo)</i>	<i>4,3%</i>	<i>17,3%</i>	

PRODUÇÃO – Foram produzidas 296,4 mil toneladas de ferroligas, um acréscimo de 27,0% em relação a 2019, sendo que as ligas de cromo avançaram 47,1%, enquanto as ligas de silício recuaram 1,4% no mesmo período. No 4T20, a produção retrocedeu 7,7% em comparação ao 3T20. Importante notificar que uma parcela dessa produção é consumida internamente, como insumo, na produção de outras ligas.

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

VOLUME DE VENDAS – Foram comercializadas 268,1 mil toneladas de ferroligas, volume 20,4% superior a 2019. O resultado foi influenciado tanto pelo incremento de 59,3% nas vendas para o mercado externo, quanto pela retração de 9,9% nos volumes destinados ao mercado interno. Vale enfatizar que as quantidades totais transacionadas no 4T20 aumentaram 25,7% em comparação ao 3T20.

RECEITA LÍQUIDA – A receita líquida totalizou R\$ 1.622,0 milhões, perfazendo um acréscimo de 26,8% quando comparado a 2019. Esse resultado decorre da valorização de 30,0% no dólar médio praticado, do crescimento de 20,4% no volume de vendas e da redução de 14,4% no preço médio, em dólar, dos principais produtos da FERBASA.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS – O CPV totalizou R\$ 1.224,3 milhões, agregando um aumento de 15,2% em comparação com 2019, impactado majoritariamente pela variação positiva de 20,4% no volume de vendas. Adicionalmente, a relação de 71,3% do CPV das ferroligas sobre suas respectivas receitas líquidas em 2020 demonstra uma melhora quando comparada aos 77,9% alcançados em 2019.

DESPESAS COM VENDAS E GERAIS/ADMINISTRATIVAS – As despesas com vendas totalizaram R\$ 20,1 milhões, com acréscimo de 46,7% em relação ao ano anterior, influenciadas pela expansão das exportações de ferroligas e minério de cromo. Já as despesas gerais/administrativas totalizaram R\$ 109,1 milhões, com redução de 14,4% quando comparadas a 2019, em função da redução das provisões para participação nos resultados, que são calculadas sobre o lucro, e do maior controle de dispêndios. Como resultado, o total das despesas com vendas e gerais/administrativas recuou R\$ 11,9 milhões, uma queda de 8,4% frente a 2019.

OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS – A linha outras despesas/receitas operacionais apresentou um resultado líquido negativo de R\$ 35,8 milhões, em oposição ao resultado positivo de R\$ 61,8 milhões em 2019, quando houve registro do crédito de R\$ 116,1 milhões proveniente do trânsito em julgado da ação para exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

EBITDA AJUSTADO – Foi registrada uma geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, de R\$ 406,8 milhões, equivalentes a 25,1% de margem EBITDA (R\$ 49,5 milhões relativos ao parque eólico BWG), registrando um aumento de 68,3% em comparação a 2019, cujo EBITDA atingiu o montante de R\$ 241,7 milhões, e margem de 18,9%, dos quais R\$ 65,1 milhões referentes à BWG.

GERAÇÃO/CONSUMO DE CAIXA – A geração de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras foi de R\$ 168,4 milhões, finalizando o período com o saldo consolidado de R\$ 411,4 milhões. Essa evolução permitiu a redução de 52,5% na dívida líquida, em comparação à posição de 2019. Vale destacar o esforço realizado ao longo do ano no controle sobre a evolução da necessidade de capital de giro.

RESULTADO FINANCEIRO E HEDGE CAMBIAL – O resultado financeiro foi negativo em R\$ 207,0 milhões, fortemente influenciado pelo resultado negativo de R\$ 184,7 milhões em operações com instrumentos de Hedge Cambial. Entretanto, a mesma desvalorização cambial que impactou positivamente o faturamento de ferroligas e de minério de cromo gerou um resultado financeiro negativo sobre a parcela desse faturamento coberta pelos contratos de hedge cambial.

CAPEX – Em 2020, foram investidos R\$ 52,9 milhões, um decréscimo de 54,5% em relação ao realizado em 2019, como consequência das medidas adotadas pela Companhia para fazer frente ao cenário mercadológico desafiador provocado pela pandemia. Essa contenção de investimentos foi realizada de forma criteriosa, de modo a não colocar em risco a operação das unidades de negócio ou a qualidade de nossos produtos.

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

LUCRO LÍQUIDO – O lucro líquido consolidado em 2020 totalizou R\$ 70,0 milhões (R\$ 69,8 milhões atribuídos ao controlador e R\$ 0,2 milhões atribuídos aos não controladores), representando uma redução de 68,4% em relação a 2019. Esse resultado foi influenciado pelos efeitos supracitados, que serão detalhados nas seções seguintes deste relatório. Vale lembrar que o lucro líquido de 2019, foi positivamente impactado em R\$ 197,1 milhões (sendo o efeito líquido de R\$ 133,1 milhões), em função do trânsito em julgado da ação para exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

PROVENTOS – Mantendo-se como pagadora regular de proventos aos acionistas, a Companhia deliberou pela distribuição de proventos num montante bruto de R\$ 76,5 milhões em 2020, proporcionando uma distribuição do lucro (*payout*) de 109% e uma rentabilidade para o acionista (*dividend yield*) na ordem de 5,0%.

Outras informações e medidas não contábeis

O EBITDA não é uma medida definida pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade e representa o lucro do exercício apurado antes dos juros, do Imposto de Renda, da contribuição social, da depreciação, da amortização e da exaustão. A FERBASA apresenta o seu EBITDA ajustado de acordo com a Instrução CVM 527/12, com adição ou exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS, reversão do efeito líquido do valor justo dos ativos biológicos e constituição (reversão) de provisão para contingências e recebimento de seguros. Em razão de sua relevância, os valores não recorrentes foram devidamente ajustados, conforme demonstrado a seguir.

<i>Em milhões de reais - Consolidado</i>	2020	2019	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	70,0	221,5	- 68,4%
(+/-) Resultado financeiro líquido (ex-hedge)	22,3	(50,0)	-
(+/-) Resultado hedge	184,7	(26,1)	-
(+/-) IRPJ/CSLL	1,8	33,8	- 94,7%
(+/-) Depreciação, amortização, exaustão e mais valia ¹	150,2	147,9	1,6%
EBITDA	429,0	327,1	31,2%
(+/-) Provisão para contingências e outros ²	(5,6)	8,1	-
(+/-) Exclusão ICMS base PIS e COFINS ³	-	(94,1)	-
(+/-) Efeito líquido do valor justo de ativos biológicos ⁴	(14,2)	0,6	-
(+/-) Recebimento de sinistro de seguro ⁵	(2,4)	-	-
EBITDA Ajustado	406,8	241,7	68,3%
Margem EBITDA	25,1%	18,9%	

1) Efeito da depreciação e amortização do ativo imobilizado e do direito de uso reconhecidos no resultado (Nota 19 das Demonstrações Financeiras de 2020), além da exaustão do custo histórico do ativo biológico (Nota 20 das Demonstrações Financeiras de 2020) e da realização da mais-valia (Nota 19 das Demonstrações Financeiras de 2020).

2) Efeito líquido da provisão para contingências em decorrência da constituição de novos processos e as reversões do período (Nota 28 das Demonstrações Financeiras de 2020).

3) Efeito da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS que não contempla a atualização

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

monetária e dos impostos de renda e contribuição social que estão apresentados no resultado financeiro líquido e IRPJ/CSLL, respectivamente (Nota 14 das Demonstrações Financeiras de 2020). O valor está líquido do PIS/COFINS, assessoria jurídica e PLR (participação nos lucros e resultados) proporcional.

4) Efeito líquido entre a variação do valor justo do período (preço/crescimento) e o valor justo da exaustão (venda/consumo) – vide Nota 20 das Demonstrações Financeiras de 2020.

5) Refere-se ao recebimento de sinistro de seguros pela quebra de alguns gearboxes na BWG.

10.2. Comentários dos Diretores sobre:

a) Resultado das operações da Companhia, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

Em 2020, a receita líquida totalizou R\$ 1.622,0 milhões e cresceu 26,8% em relação a 2019, influenciada pelo acréscimo de 67,1% na receita do mercado externo e pela redução de 2,9% no mercado interno. Esse resultado deveu-se principalmente à valorização de 30,0% no dólar médio praticado, expansão de 20,4% no volume de vendas e à redução de 17,4% no preço médio, em dólar, dos principais produtos da Companhia.

O volume de vendas acumulado em 2020 alcançou 268,1 mil toneladas, um aumento de 20,4% em relação a 2019, resultado que reflete a contração de 9,9% nas vendas para o mercado interno e a expansão de 59,3% nas vendas para o mercado externo. Esse perfil de comercialização decorreu da queda na demanda nacional por todos os nossos produtos e, paralelamente, das ações compensatórias desenvolvidas para reduzir os impactos adversos.

O faturamento líquido total do mercado interno diminuiu 2,9% em comparação a 2019., com um recuo de 9,9% no volume comercializado de ferroligas no mesmo período analisado.

Já o mercado externo gerou 67,1% a mais de receita líquida em relação ao ano anterior, crescimento justificado pela expansão no volume de vendas de ferroligas (59,3%) e aumento das exportações de minério de cromo.

Em milhões de reais	2020	2019	Δ%
MERCADO INTERNO			
Ferroligas	596,2	591,5	0,8%
Energia eólica	82,7	93,9	-11,9%
Demais Produtos (*)	37,3	51,9	-28,1%
Total MI	716,2	737,3	-2,9%
MERCADO EXTERNO			
Ferroligas	839,8	517,5	62,3%
Demais Produtos (*)	66,0	24,7	167,2%
Total ME	905,8	542,2	67,1%
TOTAL (MI+ME)	1.622,0	1.279,5	26,8%
Dólar médio praticado (R\$/USD)	5,11	3,93	30,0%

(*) inclui receita com areia de cromita, cal, microsilica, madeira, escórias e minério de cromo.

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Já informados anteriormente.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita líquida das ferroligas foi impactada pela valorização de 30,0% no dólar médio praticado, expansão de 20,4% no volume de vendas e à redução de 17,4% no preço médio, em dólar, dos principais produtos da Companhia.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

(i) Impactos nos custos dos produtos vendidos

Comparativamente a 2019, os custos de produção das ligas em 2020 foram influenciados pela elevação de 6,7% no preço médio global da energia elétrica consumida (energia contratada junto à CHESF e no Mercado Livre), bem como pelos custos com encargos setoriais (ESS, CDE) e linhas de transmissão. Como efeito compensatório, substituiu-se parte da energia contratada no Mercado Livre por novas contratações de menor preço, além da aquisição de volumes adicionais, ambas realizadas no mercado spot, em aproveitamento ao baixo nível do PLD.

O custo de produção do ferrocromo alto carbono foi beneficiado pelo aumento da produção e pela utilização de um mix de minério de cromo com melhor rendimento metalúrgico, que proporcionou a melhoria nos consumos específicos de energia elétrica e demais matérias-primas. Outro destaque foi o controle mais efetivo do processo de suprimento do coque, como reflexo da parceria estratégica firmada entre a FERBASA e um fornecedor da Colômbia.

Houve melhora no custo de produção do ferrocromo baixo carbono, em decorrência do aumento da produção, preço de aquisição e menor número de quebras do eletrodo de grafite, além de alguns progressos no desempenho dos fornos.

No ferrossilício, observou-se um aumento no custo global de produção, impactado principalmente pela mudança no mix de produção, em favor da produção de FeSi HP, liga mais eletrointensiva, porém de maior valor agregado, graças à mudança da estrutura produtiva propiciada pelo pleno funcionamento da 2ª casting machine.

É possível observar que a relação entre o Custo dos Produtos Vendidos (CPV) e a receita líquida passou dos 83,1% de 2019, para 75,5% em 2020:

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

Em milhões de reais	2020	%RL(*)	2019	%RL(*)
Ferroligas	1.024,5	71,3%	863,4	77,9%
Energia eólica	65,8	79,6%	61,8	65,8%
Demais produtos (i)	86,5	83,7%	68,7	89,7%
Subtotal produtos	1.176,8		993,9	
Exaustão do ativo biológico	32,0		42,6	
Capacidade ociosa	5,4		20,3	
Outros	10,1		6,2	
Subtotal outros	47,5		69,1	
Total geral	1.224,3		1.063,0	
%Receita líquida	75,5%		83,1%	

(*) considera os percentuais de CPV pela RL de cada produto. (i) Incluem custos para os produtos:

minério de cromo (tipo Lump para exportação), areia de cromita, cal, microsilica, madeira e escórias.

Consoante o observado na tabela acima, a exaustão (colheita) é reconhecida no Custo do Produto Vendido (CPV), junto com o consumo de biorredutor para a fabricação de ferrossilício 75 (detalhado na Nota Explicativa 20 – Ativo Biológico). Já a variação do valor justo do ativo biológico é apresentada em linha específica da Demonstração de Resultado do Exercício.

Além disso, destacam-se os R\$ 65,8 milhões da linha “Energia Eólica”, referentes ao CPV de geração de energia da BW Guirapá. Esses custos estão associados à transmissão, depreciação e à manutenção do parque eólico.

10.3. Comentários da diretoria sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados.

a) Introdução ou alienação de segmento operacional.

Em 2 de abril de 2018, a Ferbasa adquiriu a BW Guirapá I S.A. (“BW Guirapá”), o que inclui indiretamente a aquisição de 100% das ações das sete Centrais Eólicas do Complexo Guirapá. O Complexo Eólico Guirapá está localizado no Estado da Bahia, possui capacidade instalada total de 170,2 MW, prazo de autorização de funcionamento de 35 anos e energia contratada por 20 anos, por meio do Leilão de Energia de Reserva realizado em 2011, cujos contratos expiram em 2034. A partir dessa data, a Companhia passou a deter o controle direto da BW Guirapá e a titularidade de todas as ações, cujas informações estão detalhadas na nota explicativa nº 17.1 das Demonstrações Financeiras de 2019. Esta aquisição está em linha com o Planejamento Estratégico da Companhia e visa garantir e implementar melhorias no processo e ciclo produtivo da Companhia.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em abril de 2018, a Cia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa S.A., a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. e a Brazil Wind S.A. celebraram um contrato de compra e venda de 100% das ações de emissão da BW Guirapá I S.A. (“BW Guirapá”), o que inclui indiretamente a aquisição de 100% das ações das sete Centrais Eólicas do Complexo Guirapá. A compra está em

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

linha com o Planejamento Estratégico da Companhia e visa garantir e implementar melhorias no processo e ciclo produtivo da Companhia.

O Complexo Eólico Guirapá está localizado no Estado da Bahia, possui capacidade instalada total de 170,2 MW, prazo de autorização de funcionamento de 35 anos e energia contratada por 20 anos, por meio do Leilão de Energia de Reserva realizado em 2011, cujos contratos expiram em 2034.

A seguir, um resumo das características operacionais de cada uma das Centrais Eólicas:

Central Eólica	Capacidade instalada (MW) (*)	1ª Portaria de Autorização do MME ⁽¹⁾	Energia contratada		Energia contratada		Preço inicial do Contrato (R\$/MWh)	Preço atualizado (R\$/MWh) ⁽²⁾
			1º quadriênio (MWmed) ⁽³⁾	2º quadriênio (MWmed) ⁽³⁾	3º quadriênio (MWmed) ⁽³⁾	4º quadriênio (MWmed) ⁽³⁾		
Angical	12,95	37, de 03/02/2012	6,0	5,6	5,6		99,98	159,55
Caititu	22,2	54, de 09/02/2012	10,5	10,5	10,4		99,98	159,55
Coqueirinho	29,6	53, de 09/02/2012	13,5	13,4	13,4		96,97	154,75
Corrupião	27,75	70, de 22/02/2012	13,7	12,9	12,9		96,97	154,75
Inhambu	31,45	69, de 22/02/2012	15,5	15,5	15,5		96,97	154,75
Tamanduá Mirim	29,6	52, de 09/02/2012	13,6	13,2	13,2		96,97	154,75
Teiú	16,65	36, de 03/02/2012	8,2	7,7	7,7		99,98	159,55
	170,2		81,0	78,8	78,7			

(*) Conforme Portaria de Autorização MME.

- i) Autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos desde a 1ª Portaria do MME – Ministério de Minas e Energia. A 2ª Portaria alterou as características técnicas para adequar a realidade dos parques.
- ii) Valor atualizado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") desde julho de 2011. Valores atualizados pela CCEE data-base agosto de 2019.
- iii) Conforme contrato de compra e venda, o 1º quadriênio foi finalizado em junho de 2018 e o 2º quadriênio foi finalizado em junho de 2020 e o 3º quadriênio teve início em julho de 2020.

O Complexo Guirapá foi adquirido em 2 de abril de 2018 pela custo total de R\$ 489.184, considerando: (i) o preço de aquisição (contraprestação transferida) atualizado monetariamente no montante de R\$469.128;

(i) o incremento no preço decorrente de negociações com fornecedores no montante de R\$17.906; e (iii) a contraprestação contingente (earn-out payment) de R\$2.150.

De acordo com o contrato de compra e venda, o preço de aquisição poderá sofrer acréscimo de até R\$40.000 corrigidos pelo IPCA sob a forma de contraprestação contingente, se o desempenho do Complexo Guirapá, apurado até dezembro de 2021, exceder a referência mínima assumida de 79,44 MW médios, limitada a 85MW médios. Desta forma, a Administração da Companhia, com base na avaliação das projeções de performance, concluiu que deveria incluir no valor do preço de compra uma contraprestação contingente estimada em R\$2.150, conforme citado acima.

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos remanescentes a pagar referente à aquisição estão refletidos na rubrica de "Obrigações com aquisição de controlada" (Balanço Patrimonial de 2020).

Esta aquisição resultou em uma combinação de negócios, uma vez que a Companhia passou a deter o controle da BW Guirapá. De acordo com o CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Como a aquisição da BW Guirapá teve efeito a partir de 2 de abril de 2018, os efeitos desta aquisição afetaram o resultado consolidado das operações da Companhia a partir desta data, sendo que o patrimônio líquido da BW Guirapá foi avaliado pelo seu valor justo em 31 de março de 2018 com base no laudo econômico financeiro, emitido por empresa de avaliação independente.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do valor justo dos ativos e passivos da compra da BW Guirapá na data de aquisição:

	<u>Valor Contábil</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Valor Justo</u>
<u>Valor Justo</u>			
Ativos	867.155	80.038 (i)	947.193
Passivos	<u>381.557</u>	<u>1.309 (ii)</u>	<u>382.866</u>
Ativos líquidos adquiridos	<u>485.598</u>	<u>78.729</u>	<u>564.327</u>
Custo total da aquisição			489.184
Ganho bruto por compra			<u>75.143</u>
(-) Efeito tributário			<u>(25.548)</u>
Ganho líquido por compra			<u><u>49.595</u></u>

(i) Mais valia de máquinas e equipamentos e deve-se basicamente à alta do dólar, preço dos insumos e inflação. Nas demonstrações contábeis individuais, este montante está apresentado na rubrica de investimentos. Já nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentado como imobilizado (vide nota explicativa nº 18.1 das Demonstrações Financeiras 2018).

(ii) Passivo contingente e refere-se a sete processos movidos contra a BW Guirapá e suas controladas, que foram classificados como risco possível de perda, com uma probabilidade de 50%, sendo conservadoramente estimados e provisionados pela Companhia (vide nota explicativa nº 28.1 das Demonstrações Financeiras 2018).

c) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não ocorreram eventos ou operações não usuais.

10.4. Comentários sobre:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

A nova norma a seguir, emitida pelo IASB e recepcionadas pelo CFC, passaram a vigorar efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2019. A norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários, reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) contrato com prazo inferior ou igual a doze meses; e (ii) possua valor imaterial, tenha como base valores variáveis ou prazo indeterminado.

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

A Ferbasa e suas controladas avaliaram os impactos em suas demonstrações financeiras, decorrentes da adoção inicial da norma, conforme nota explicativa nº 19 e 23 das Demonstrações Financeiras de 2020.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado			
	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Edificações	Total
<u>Custo</u>					
Adoção inicial 01/01/2019	27.014	27.014	7.338	139	34.491
Adições	28.003	28.003	2.983	12	30.998
Remensuração	370	370	(155)	3	218
Custo em 31/12/2019	55.387	55.387	10.166	154	65.707
Adições	12.822	12.822	-	-	12.822
Remensuração	2.946	2.946	1.987	32	4.965
Custo em 31/12/2020	71.155	71.155	12.153	186	83.494
<u>Depreciação</u>					
Depreciação em 31/12/2019	(15.814)	(15.814)	(309)	(32)	(16.155)
Adições no exercício	(24.810)	(24.810)	(490)	(36)	(25.336)
Depreciação em 31/12/2020	(40.624)	(40.624)	(799)	(68)	(41.491)
Saldo líquido em 31/12/2019	39.573	39.573	9.857	122	49.552
Saldo líquido em 31/12/2020	30.531	30.531	11.354	118	42.003

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado			
	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Edificações	Total
Adoção inicial 01/01/2019	27.014	27.014	7.338	139	34.491
Adições	28.003	28.003	2.983	12	30.998
Remensurações	370	370	(155)	3	218
Pagamentos	(17.160)	(17.160)	(711)	(33)	(17.904)
Realização AVP	556	556	36	1	593
Saldo em 31/12/2019	38.783	38.783	9.491	122	48.396
Adições	12.822	12.822	-	-	12.822
Remensuração	2.946	2.946	1.987	32	4.965
Pagamentos	(25.979)	(25.979)	(752)	(37)	(26.768)
Realização AVP	1.632	1.632	91	4	1.727
Saldo em 31/12/2020	30.204	30.204	10.817	121	41.142
Circulante	20.393				21.188
Não circulante	9.811				19.954

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

c) **Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.**

Não existem ressalvas ou parágrafos de ênfase no relatório dos auditores independentes.

- 10.5. **Comentários sobre as políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:**

Principais fontes de julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras de 2019.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

- 10.6. **Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:**

- a) **Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

Não mantemos qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as nossas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos nossos resultados, em nossa condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em nossas demonstrações financeiras.

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

10.7. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não aplicável.

b) Natureza e o propósito da operação.

Não aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável

10.8. Comentário dos diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) Investimentos, incluindo:

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Em 2020, visando o enfrentamento do cenário de incertezas da pandemia, a Ferbasa adotou uma posição mais cautelosa para preservação do caixa e restringiu os seus investimentos em projetos de otimização das operações e estratégicos. Sob essa diretriz, o CAPEX totalizou em R\$ 52,9 milhões, valor 54,5% inferior ao realizado em 2019. No geral, os principais investimentos do período foram a manutenção do ativo biológico na Florestal (corresponde a 75,6% do investimento da unidade, e 28,7% do investimento total da Companhia) e a renovação de máquinas e equipamentos e desenvolvimento de mina (corresponde a 91,7% do investimento da unidade da Mineração e 25,1% do investimento total de 2020).

No decorrer de 2019, em alinhamento com a otimização das operações e investimentos nos projetos estratégicos, a Companhia investiu R\$ 116,2 milhões segregados por unidade de negócio.

Os investimentos previstos e aprovados para o triênio 2020-2022 totalizam R\$ 375 milhões para Metalurgia, Minerações, Silvicultura, Coque, Energia e Corporativo.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos.

Os investimentos são preferencialmente financiados com recursos próprios gerados pelas operações da Companhia, com a faculdade de utilização de recursos de terceiros, como por exemplo o BNDES, com a finalidade de complementar o total necessário que atenderão ao plano de investimentos e ao Planejamento Estratégico da Companhia.

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não aplicável.

c) Novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável.

10.9. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia que não tenham sido identificados ou comentados nesta seção.